NOTAS E TRANSCRIÇÕES

VÁRIOS ARTIGOS

O ROUBO QUE NÃO HOUVE

GOMES DE FREITAS

Foi nos campos do Jenipapo, proximidades de Campo Maior, cidade do vizinho Estado do Piauí, que se travou, no começo do ano de 1823, o reencontro mortífero das tropas portuguêsas de Fidié com a Divisão da Fôrça Armada, constituída de piauienses e cearenses, sob o comando do sargento-mor Luís Rodrigues Chaves. Foi, sem dúvida, a maior batalha em campo raso que se feriu pela causa da independência do Brasil.

Nesse entrevero memorável, ocorrido a 13 de março daquele ano, houve muitas mortes. Contaram-se para mais de 400 cadáveres no chão tinto de sangue, sem que tenham sido computados os oficiais superiores feridos mortalmente, os quais foram retirados em rêdes para o improvisado hospital, na então vila de Campo Maior.

A historiografia do Piauí divulga a versão de que as tropas de combate a Fidié, no Jenipapo, ficaram inteiramente desbaratadas e atônitas ao desfecho da luta. Essa a versão. Mas os documentos depõem em sentido contrário, atestando até a bravura dos nossos soldados, tanto de primeira como de segunda linha, que se distinguiram na batalha, como consta dos ofícios do Comandante das nossas fôrças, sargento-mor Luís Rodrigues Chaves e de Francisco Inácio da Costa, também sargento-mor das Milícias de Sobral. Para evidenciar que não houve o desbaratamento apregoado, mas, ao contrário, unidade e oportunidade de ação que salvou a operação militar contra Fidié, basta assinalar a bravura e a persistência do capitão Alexandre Pereira Nereu, o qual, "à frente de um destroçado grupo que lhe restava do fatal combate do Jenipapo", fêz junção com o capitão Florêncio de Oliveira Magalhães, de Santa Quitéria, do Ceará, que acabava de chegar com 300 homens a cavalo e, dois dias depois da sanguinolenta batalha do dia 13 de março, atacou, pela retaguarda, as tropas de Fidié, que se retiravam de Campo Maior. Sob a pressão do combate, agora desfechado pelas fôrças refeitas dos independentes, a fuga de Fidié foi, então, espetacular e de efeitos irremediáveis, e na qual perdeu — "quase tôda a sua bagagem, botica e pólvora".

Mas os historiadores piauienses falam, ainda, do imaginário saque feito pela tropa cearense no episódio de Fidié. Ora, êsse malsinado saque nunca houve, porque se as tropas atacantes apoderaram-se da tralha de campanha do Cabo de Guerra português, o fizeram naturalmente e de acôrdo com os princípios convencionais da guerra, os quais autorizam ao vencedor a exploração do êxito obtido no sucesso da batalha. Como compreender que os vitoriosos abandonam no campo, para retomada do inimigo, os apetrechos e munições de guerra que para êsses perderam na operação?

Ainda para restabelecer a verdade histórica, devo igualmente acentuar que a marcha das tropas cearenses e piauienses, para Oeiras, depois dêsse segundo ataque, se processou normalmente e em obediência do comando das operações contra Fidié, como se vê do documento que aqui transcrevemos: — "Sessão extra-

ordinária de 1.º de abril de 1823. Abriu-se a sessão, leu-se a ata passada, achou-se conforme. Receberam-se vários ofícios de diversas autoridades da Província, responderam-se uns e outros se responderão na sessão seguinte. Receberam os dois ofícios do sargento-mor Luís Rodrigues Chaves, Comandante da Divisão da Fôrça Armada do Piauí, de 17 do mês passado, e outro de Francisco Inácio da Costa, sargento-mor das Milícias de Sobral, que participaram ao Govêrno que no dia 13 do dito mês, batendo-se com Fidié no lugar do Jenipapo, morreram mais de quatrocentas pessoas, sendo o maior número de inimigos, e que apesar da tropa de Fidié ser de mil e seiscentos homens bem armados de granadeiras e artilharia, duas peças únicas nossas deram dois tiros e desbarataram-se; contudo, as nossas tropas, batendo a Fidié pela retaguarda, lhe tomaram quase tôda a bagagem, botica, pólvora, de que as nossas tropas gozaram, morrendo, da oficialidade de Fidié, e outros feridos que ocuparam nove rêdes com as quais entrou na vila de Campo Maior, e dos de nossas tropas, o capitão Manoel Martins Chaves, e que as nossas tropas voltaram para Oeiras a tomarem granadeiras e peças para bater Fidié, reunidos com os de Oeiras, e quanto aos oficiais inferiores e soldados de 1.ª e 2.ª linhas se distinguiram na batalha, como melhor consta dos ditos ofícios. E por serem mais de três horas da tarde, suspendeu o Sr. Presidente a sessão. Miguel Antônio da Rocha Lima, Secretário." (Do livro das sessões da Junta do Govêrno Provisório do Ceará no Arquivo Público do Estado do Ceará.)

A ordem neste ofício, da marcha das tropas para Oeiras, a fim de se aparelharem com granadeiras e peças de artilharia, para levar até o fim a luta contra a nação portuguêsa, prova que jamais enfraqueceu o ânimo dos combatentes brasileiros que assim procuravam novos recursos bélicos para continuar a guerra, o que realmente fizeram até a definitiva capitulação de Fidié, acuado na cidade de Caxias do Maranhão.

RETIFICAÇÃO DE LIGEIROS EQUÍVOCOS COMETIDOS POR ANTÔNIO BEZERRA

Continuando os meus despretensiosos comentários em tôrno de nossa historiografia e da obra dos nossos insignes historiadores, quero, agora, reportar-me ao livro "Algumas Origens do Ceará", de autoria do notável historiador conterrâneo Antônio Bezerra, particularmente no que se refere à região dos Inhamuns.

Os meus comentários não constituem, absolutamente, nenhum desapréço à grandiosidade da obra de Antônio Bezerra, por todos justamente proclamada, até porque a êle muito devo o conhecimento de fatos históricos de real importância para nossa cronologia.

Atribuo certos cochilos encontrados em "Algumas Origens do Ceará" à fadiga, senão mesmo àquele tão conhecido cansaço da curva de atenção, muito comum aos escritores que produzem à base da pesquisa de documentos não raro contraditórios e às vêzes até incompreensíveis.

Os equívocos do livro de Antônio Bezerra, ressaltam principalmente nos seguintes pontos:

1 — Há, na região dos Inhamuns, dois rios com a denominação de "Jucás" — um que deságua no curso superior do rio Poti, confrontando com a lagoa dos Inhamuns, já no território de Independência; e outro que deságua no rio Jaguaribe, na fralda da serra dos Boqueirões. O primeiro nasce na serra da Joaninha, e o segundo no Saco do Coronzó, existindo, entre um e outro, dois rios de importância regional, — o Trici e o Puiú. Antônio Bezerra, entretanto, levado certamente por informações incompletas, aponta o citado rio dos Jucás, que de-

ságua na serra dos Boqueirões, como tendo as suas cabeceiras na serra da Joaninha, quando, na realidade, assentam elas na serra da Ibiapaba, no Coronzó, que é um seio de um contraforte da cordilheira.

2 — Comentando João Brígido, ainda sôbre o mesmo rio, quando afirma que "não foi possível ainda conhecer-se a época precisa da concessão de terras do Jucás", Antônio Bezerra assegura, categòricamente, que a concessão das terras ribeirinhas do Jucás data de 8 de junho de 1720, acrescentando que não conhece se houve concessões anteriores. Verifica-se, em face do que afirma Antônio Bezerra, que não atentou êle para o que se lê na informação do escrivão de datas de sesmarias da Capitania do Ceará, contida naquele documento por êle citado, quando afirma lùcidamente — "estarem dadas as terras que os suplicantes (Antônia Leite de Oliveira, Lourenço Alves Feitosa e Lourenço Alves Penedo e Rocha) pedem, a Antônio Pinto e Tenente Simão Rodrigues Ferreira, na era de 1707". (Datas de Sesmarias, Vol. VI, n.º 469, pág. 170.)

Pelo exposto vê-se que antes de 1720, data registrada por Antônio Bezerra, já haviam sido concedidas as referidas terras e sesmeiros anteriores. Vale esclarecer que, ao contrário do que afirma Antônio Bezerra, Antônia Leite de Oliveira, citada como mulher de Francisco Alves Feitosa, não era a espôsa dêste, e sim de seu irmão Lourenço Feitosa. Poder-se-ia pensar que, em face do equívoco, teria Francisco Alves Feitosa casado também com a cunhada Antônia, dada "a sua preferência especial pelas viúvas", com as quais casou, como acentua o jovem escritor Nertan Macedo, no seu excelente livro "Clã dos Inhamuns", Francisco Alves Feitosa casou-se três vêzes, sempre com viúvas, sendo que o seu último matrimônio foi com Isabel, viúva de Cosme Ferreira da Silva, ambos já na ancianidade.

Devo e quero acentuar que não há, da minha parte, nenhum interêsse em desmerecer a obra histórica dos nossos eminentes mestres. O meu intuito único é restabelecer a verdade de tornar quanto possível escoimado de equívocos o trabalho que pretendo publicar, em livro que editarei brevemente, sôbre a história de minha terra.

E isto faço, como já afirmei, despretensiosamente, até tendo em vista o ensinamento daquela expressiva quadra de nosso folclore:

Quem tem telhado de vidro
Pisa bem devagarinho;
Macaco olha o teu rabo,
Deixa o rabo do vizinho.

REPAROS A THÉBERGE

Os estudos de história do Ceará muito devem, sem dúvida, ao Dr. Pierre Théberge, médico ilustre, filho da França, que se fixou no Icó, onde, da clínica que ali exerceu com muito sucesso, dedicou-se, com afinco às investigações e pesquisas sôbre os fatos do passado daquela região trazendo a lume ocorrências ainda inéditas para as gerações do seu tempo e que muito enriqueceram a crônica e a historiografia cearenses. Daí porque, ainda agora, quem quer que pretenda escrever sôbre fatos históricos do Ceará, não pode dispensar uma consulta ao grande autor do "Esbôço Histórico Sôbre a Província do Ceará", que, por esgotado, está a reclamar uma segunda edição.

Entre os registros históricos do seu citado livro, queremos destacar uma luta de que o autor nos dá notícia, havida nos anos de 1734 a 1745, entre Manuel Ferreira Ferro e José Pereira Lima, por questões de terra, aliás, tão comuns naquele tempo como ainda agora. Transcrevemos para melhor elucidação da ocorrência referida por Théberge, o trecho do seu livro — "... Poucos anos depois do levante dos Montes com os Feitosas, apareceu outra intriga muito lamentável entre um filho do cel. Francisco Alves Feitosa, chamado Manuel Ferreira Ferro, e um por-

tuguês rico, poderoso e com créditos de valente, de nome José Pereira Lima e morador da fazenda Ponta da Serra do Araripe, intriga suscitada por causa de limites entre terras que ambos possuiam no Brejo Grande, e que depois de ter-se restringido em começo aos meios legais, passou a ser discutida por vias de fato. José Pereira Lima acrescentou o apelido "Aço" a seu nome, aludindo por contraposição ao nome Ferro do seu adversário."

O autor do "Esbôço Histórico Sôbre a Província do Ceará" inspirou-se, sem dúvida, na tradição oral, sempre tão deturpada no correr dos tempos.

Efetivamente, a luta de que fala Théberge, se realmente houve, não deve ter ultrapassado o campo judiciário, porque exatamente no período a que se refere o autor citado o sertão dos Inhamuns gozava de um clima de relativa paz e tranqüilidade, impôsto pela autoridade enérgica e respeitada do des. Antônio Marques Cardoso, designado pelo Rei de Portugal, D. João V, para como corregedor, pacificar o Ceará antes tão atormentado por motins e levantes sangrentos.

E tanto isto é verdade que, por essa época, os supostos contendores e outros que chefiavam os movimentos sediciosos da região, ou estavam inseguros e inquietos ou andavam foragidos além dos Inhamuns, perseguidos pela ação da Justiça, representada pela integridade e energia daquele magistrado.

A lenda de que José Pereira Lima, a que alude Théberge, teria acrescentado ao seu nome o sobrenome "Aço", em contraposição ao sobrenome "Ferro" do seu suposto contendor, não tem procedência, pois José Pereira nunca usou o sobrenome final "Lima", vez que, desde quando veio residir no Cariri, em 1718, portanto anteriormente ao fato registrado por Théberge, sempre se assinou em documentos públicos com o nome de José Pereira Asso. Aliás, confirmando a nossa assertiva, existem nos preciosos "Inéditos" do Barão de Studart, cartas do cel. Antônio Gonçalves de Sousa, comandante-geral das tropas adversárias dos Feitosas ao ouvidor Pedro Cardoso de Novaes Pereira, datada do Icó de 11-12-1732, na qual prevenia a êste ouvidor o perigo iminente que corria a sua vida — "aqui chegou José Pereira Asso dos Cariris Novos com aviso do cel. Teodózio Nogueira a dar parte dos maus intentos do ouvidor Loureiro e seus parciais, o irem de Ribeira abaixo até tomarem a Fortaleza e depois prender a Vossa Mercê, e remetê-lo para o Maranhão, e em caminho dar-lhe uma violenta morte" e uma outra datada de Fortaleza de 20-12-1732, a qual faz referências ao Tte. José Pereira Asso, do Regimento Montado dos Cariris Novos, o que deixa sem sombras de dúvida a certeza de que era êste, realmente, o seu nome, e não José Pereira Lima.

A tradição oral, a que sempre também recorrem os historiadores quando falham os documentos, tem o inconveniente de nos levar muitas vêzes a enganos ou afirmativas que não encontram correspondência na realidade dos fatos históricos.

É que a tradição, com o correr dos tempos, muito se deturpa, modificando-se ao sabor das simpatias ou antipatias das gerações.

EQUÍVOCOS DE JOÃO BRÍGIDO

Caro Pantaleão Damasceno:

Fêz você reparo, aliás até certo ponto justificável, acêrca do "marasmo" dos historiadores cearenses, na pesquisa de documentos referentes aos fatos culminantes de nossa história. Na realidade, não há êste "marasmo", muitos historiadores cearenses, ao que sei, têm os seus arquivos enriquecidos de documentação resultante de pesquisas pacientes e constantes, mas recuam, às vêzes, na divulgação dos mesmos, receosos de ferir susceptibilidades, como aliás você acentua no seu interessante artigo, no suplemento literário de "Unitário" de 24 do corrente.

Certos equívocos, verificados em autores de trabalhos sôbre história do Ceará, não deviam aliás, criar, da parte dos que os verificam, êste receio de divulgar, tan-

to mais quanto êles veriam repor os fatos históricos, situando-os dentro da verdade.

Bem edificativa é, neste sentido, a lição do imortal Barão de Studart, quando, algumas vêzes, retificando ligeiros equívocos por êle mesmo cometidos na divulgação de fatos históricos, afirmou que a "justiça deve começar por casa". Eu mesmo tendo, às vêzes, verificado alguns enganos nos meus modestos trabalhos sôbre história, mas, sem qualquer constrangimento, tenho feito a necessária retificação.

A propósito do que aqui venho referindo, chamo a sua preciosa atenção para trechos de documentos por mim recolhidos dos inéditos do Barão de Studart, que evidenciam flagrantes enganos de um dos nossos mais respeitados historiadores. Porque, na verdade, há dois equívocos do renomado João Brígido, em relação a fatos expressivos da nossa história.

Um dêles, evidencia-se quando afirma que a Câmara de Aquirás, estava solidária com o ouvidor Loureiro que, ao contrário, estava em luta com o referido ouvidor, de quem suportou violências, uma delas concretizada na prisão que fêz dos edis aquirasenses, os quais passaram sob custódia, vários meses, conforme documentalmente se acha provado, entre outros documentos existe uma certidão do Superior do Real Hospício dos Jesuítas de Aquirás, Pe. João Guedes em que diz que os vereadores foram metidos na cadeia "na qual prisão há sete meses que gemem". O outro equívoco de J. Brígido verifica-se quando afirma que Loureiro se evadira da Capitania, e foi préso e detido na Fortaleza do Rio Grande. O autor de "Efemérides do Ceará" não sabia que Loureiro se abrigara nos Inhamuns sob o manto protetor do Coronel FRANCISCO ALVES FEITOSA.

É farta a documentação existente que contraria a afirmativa do historiador cearense, merecendo destaque um trecho da carta do Capitão-mor Governador da Capitania do Ceará, de 22-5-1733, dirigida ao Governador Geral da Capitania de Pernambuco, através da qual se vê que tomava providências necessárias a prisão de Loureiro e seus séquitos. Diz a carta: "... sexta-feira passada, quinze do corrente, de repente me veio aviso que o Dr. Antônio de Loureiro se achava daqui sete léguas adonde chamam o Cambêba dizendo vinha para esta vila com sessenta homens..." Mais adiante, diz: "... como vinha soberbo não faltou ao que dizia, e pelas mesmas oito horas sem pedir entrada foi descendo costa abaixo entrando para a Vila tocando trombeta, e só com vinte e tantos homens porém não buscou a casa da Câmara, tomando outra casa à vista, que foi do Cosme Gomes, e aí se foram apeando pelo que digo e na passagem que foi fazendo mandou por um sacerdote dizer aos Camaristas que passados três dias depois de sacudir o pó das botas, lhes diria ao que vinha mandei logo que marchassem e os pusessem em cêrco e os prendessem o que fizeram valorosamente o capitão Pedro Roiz e o alferes Manuel Roiz Campelo e mais oficiais soldados e índios..." Esta prisão foi realmente efetuada, na Fortaleza do Ceará e não na do Rio Grande do Norte, como afirma João Brígido. Provando a veracidade do fato o documento que aqui transcrevo é uma carta do Capitão do Presídio pago da Capitania do Ceará, Pedro Roiz, ao governador capitão-general Duarte Sodré Pereira, datada de 24 de maio de 1733 — "Exmo. Snr. — Os dias passados escrevi a V. Exa. onde lhe dava conta do têrmo que tinha feito o Dr. Antônio de Loureiro Medeiros de se retirar para algum retiro, até lhe chegar as ordens de Sua Majestade que Deus guarde e não bulir com cousa alguma, não lhe prejudicando o seu direito e isto se fêz quando Cipriano Gomes o foi prender e aos seus sequazes; chegou-me notícia nos primeiros de maio que o dito vinha do Acaraú para esta vila da Fortaleza a tomar posse segunda vez de ouvidor não fazendo conta da vila da cabeça de Comarca, e vendo eu isto estive com bastante sentido em procurar saber das suas direções, chegou-me notícia certa chegara com os seus sequazes distante desta vila oito léguas à casa de Felipe Coelho donde marchou para a aldeia da Caucaia por ser amigo do padre Francisco Gomes missionário de lá, o qual lhe passou recibo dos cartórios e por via do dito padre se encerraram como consta da devassa que tirou o Dr. Pedro Cardoso, e dessa aldeia a vila de Fortaleza são três léguas donde marchou no dia 18 do dito mês de maio e se veio acampar uma légua distante

da Fortaleza, lugar que se chama Moritipicu, e no dia 19 marchou para esta vila, não fazendo caso do protesto que lhe mandou fazer o Capitão-mor, peguei nas armas e saí da Fortaleza e fui recebê-lo à Casa da Câmara para onde disse que vinha ler as ordens à Câmara, e como me furtou a volta se foi aquartelar em uma casa na mesma vila, logo incontinenti formei a Infantaria em duas linhas e marchei com os mais oficiais o meu alferes Campelo, cerquei a casa, fechei o cêrco e fui dentro a casa perguntei ao doutor pela sua saúde e da parte D'el-Rei lhe requeri me desse a mão de préso, depois de ma dar chegaram os seus sequazes que me não deu tempo lugar a conhecer, mas os soldados que levei em guarda de minha pessoa bem o conheceram, e parte dêles me meteram as armas ao peito, e o ouvidor Loureiro tirou por uma faca empunhando-a para meter-ma, respondi-lhe que não temia da sua fúria, porque eu morrendo por El-Rei, não temia a morte (...) (ilegível) saí para fora da casa a dar valor a mim aos soldados e aos índios e sendo pelo meio-dia do mesmo dia 19 mandei ir duas peças de campanha da Fortaleza carregadas de balas miúdas e botei uma pela frente da casa e a outra pela retaguarda dela, mandei-lhe dizer que se rendesse aliás que lhe arrasava a casa e todos perderiam a vida que não permitisse houvesse mortes nos vassalos d'el-Rei, e havendo-as que por tôdas lhe protestava da parte do mesmo senhor, não me respondeu nada estive até meia-noite, ditou-me o Espírito Santo que êles estavam fazendo minas na casa para num contra dela, passei ordem ao cêrco de fazermos trincheiras por todo êle trabalhando nós todos índios e soldados, amanheceu o dia na quarta-feira e o cêrco todo entrincheirado, isto lhe quebrou muito os ânimos por não ter efeito as suas minas, logo alguns de dentro mandavam pedir que queriam sair para fora debaixo de minhas armas, entregando as suas, porém isto não eram todos, eram três ou quatro, fui-me à porta e chamei o Dr. Antônio de Loureiro protestei-lhe da parte d'el-Rei "V. Sia. se rendesse e visse o que fazia" porque o seu partido não podia de nenhuma sorte fazer operação a quantos homens eu tinha que seriam duzentos e que só um me não havia de escapar, e assim lhe protestava não houvesse uma só morte, e que o dito acima era a causa de tudo, respondeu-me que se sujeitava debaixo das minhas armas e os mais sequazes o fizeram também; formei nôvo cêrco e todo os vinte e quatro meti dentro dêle, marchei para Fortaleza deixei cinco na cadeia, e ficou com 19 nesta dita Fortaleza entre os quais o padre Bernardo Soares Capelão dêles que veio também na ordem do revdo. vigário geral, todos os oficiais, soldados e índios se houveram com muito valor, esta é a conta em suma que devo dar a V. Exa. a quem peço me faça mercê mandá-los ir com brevidade possível que esta Fortaleza não é de guardar prêso de tanta suposição, já que V. Sia. me fêz tanta mercê em me ajudar sem haver uma só morte quisera dever a V. Exa. o favor desta diligência porque não vim ao Ceará para ir dêle sem crédito, e suposto eu tenha soldados fiéis com tudo ..... (ilegível) cada um ..... (ilegível) de sua ..... (ilegível).

O ouvidor-geral se acha de correição no Icó, já lhe escrevi e lhe requeiro da parte d'el-Rei venha tirar devassa nesta vila e remeter a V. Excia. os que merecerem que não são todos, e para tudo mais que fôr do serviço de S. M. fico pronto para lhe tirar individual execução, a pessoa de V. Exa. Guarde Deus a Vossa Mercê. Fortaleza vinte e quatro de maio de mil setecentos e trinta e três. De V. Exa. o criado mais súdito. Pedro Roiz de Araújo."

As provas apresentadas são eloqüentes e dispensam comentários. Outros documentos sôbre o assunto existem nos inéditos do Barão de Studart e em grande cópia, aliás redigidos por personagens que viveram o drama da luta Montes e Feitosas.

E, por fim, tenho a dizer: neste caso do misoneísmo, que pelo ilustre historiador Raimundo Girão foi suscitado e por você comentado, meto-me eu de ânimo movido ùnicamente pelo profundo senso de sabedoria que traduzem estas palavras de Ruiz: "Não falsifica a história sòmente quem inverte a verdade, senão também quem a omite."

Com os melhores cumprimentos

Gomes de Freitas.

EQUÍVOCO DE JOÃO BRÍGIDO E BARÃO DE STUDART

Em aditamento à minha carta de 28 de abril p. passado, e continuando no propósito de esclarecer certos equívocos para restabelecer a verdade histórica dos fatos em relação à cronologia cearense, quero agora reportar-me à recente e interessante publicação feita pelo monsenhor Francisco de Assis Couto, Vigário-Geral da Diocese de Iguatu, intitulada "Origens de São Mateus".

Essa publicação teve, além de outros, o mérito de arrancar do ostracismo uma das figuras mais curiosas e evidentes de quantas atuaram no período da colonização do Ceará. Quero referir-me ao capitão Cosme Ferreira da Silva, que, juntamente com seus filhos (um dêles o sargento-mor Francisco Ferreira Pedrosa), seu genro, o comissário Lourenço Alves Feitosa e o sogro de dois de seus filhos, cel. Francisco Alves Feitosa, os Gomes e outros parentes, todos "do ramo Ferreira da constelação Albuquerque, de Pernambuco", os quais "tiveram existência proveitosa na região", segundo o sociólogo Gilberto Freire. No comêço do século XVIII, conquistaram êles as aldeias dos Jucás, algumas dos Crateús e do Brejo Grande, contando com a colaboração do irmão de Cosme, o intemerato pioneiro do desbravamento dos Inhamuns, Simão Rodrigues Ferreira, o qual, por isso mesmo, foi o primeiro capitão-mor da Ribeira. Com efeito, anteriormente, Simão Rodrigues Ferreira, sob a égide da cruz e da espada, foi um dos primeiros postulantes de terras sesmeiras nos Cariris Novos, das quais se apossou, quando ali veio, em companhia do Prior de N. S.a do Monte do Carmo no Convento de Goiana e do cel. João de Barros Braga, comandante da célebre cavalaria encourada do Jaguaribe.

O monsenhor Couto referiu-se, com acêrto, a tôdas essas personalidades da nossa colonização, no entanto, repetindo João Brígido, afirma que "aos 25 de setembro de 1767, o Governador-Geral de Pernambuco manda erigir em vila, com a denominação de Arneiroz, à aldeia dos índios Jucás".

Embora as referências, neste sentido, de renomados historiadores como João Brígido e o Barão de Studart, nos quais lògicamente se apoiou o monsenhor Couto, há, todavia, um equívoco dos mesmos, que precisa ser corrigido em bem do conhecimento exato dos fatos históricos daquela região. É que a aldeia dos Jucás não foi, como se afirma, erigida em "vila" com a denominação de Arneiroz. O que na realidade ocorreu foi que pelo Bando do Governador Geral de Pernambuco, de 8 de maio de 1758, à aldeia referida foi dada a denominação "de Lugar de Arneiroz", de acôrdo com a determinação anterior da lei de 6 de junho de 1755, do govêrno português, que, objetivando a unificação da língua, e ainda mais para caracterizar o domínio de Portugal sôbre a colônia ordenava se desse aos lugares povoados, no Brasil, os nomes da toponímia portuguêsa.

Para justificar o que afirmamos, transcrevemos o documento abaixo, extraído do Arquivo Público local, o qual, além de esclarecer convenientemente o assunto, constata que a vila de Arneiroz não foi fundada na data a que se referem os historiadores citados pois ali, isto é, no documento aludida, fala-se apenas da nova denominação dada à aldeia dos Jucás, que passou a ser chamada Arneiroz, isto é, "Lugar de Arneiroz" como refere o Bando citado.

Arneiroz sòmente passou à categoria de vila quase cem anos depois, isto é, em 21 de novembro de 1864, pela Lei n.º 1 128, daquele ano. Eis o que reza o documento: — "BANDO QUE SE LANÇOU A RESPEITO DOS ÍNDIOS JUCÁS". O ten.-cel do Regimento d'Infantaria paga da Guarnição da Praça do Recife de Pernambuco a cujo cargo se acha o govêrno desta Capitania de Ceará Grande por El-Rei Nosso Senhor. Por quanto S. M. pelo Alvará de 8 de maio de 1758 foi servido mandar que neste estado se observasse inviolàvelmente a Lei de 6 de junho de 1755 que determina a ereção das vilas e lugares de índios das capitanias do Grão Pará, Maranhão, ficando com uma dêste Estado sem restrição, interpretação ou modificação alguma. E na dita Lei manda que nas fundações das vilas e luga-

res se pratique enquanto fôr possível a política que ordenou para a fundação da Vila Nova de S. José do Rio Negro; e como a referida política outrossim determina que nas Vilas e lugares que de nôvo se erigiram nas aldeias dos índios se denominem com os nomes dos lugares e vilas do Reino que bem parecer ao Governador, sem atenção aos nomes bárbaros que atualmente tem ordeno em observância das mencionadas leis e ordens que esta aldeia que até agora se chamava do Jucá daqui em diante se denomine Lugar de Aneiroz e por tal seja tido e havido e reconhecido e em todos os atos judiciais e extrajudiciais e nem jamais se possa em tempo algum chamar de outra forma e para que chegue a notícia a todos e se não possa alegar ignorância se publicará êste o som de caixa no mesmo lugar que de nôvo erigi por virtude de sobredita lei de cuja execução me encarregou o Ilmo. e exmo. Sr. Conde Nosso General em carta de 20 de março dêste ano e se fixará êste no lugar custumado depois de registrado na Secretaria dêste Govêrno, Câmara da Vila do Icó e mais partes que tocar. Dado nesta freguesia de Nossa Senhora do Monte do Carmo dos Inhamuns aos 28 dias do mês de setembro de 1767 estava o sêlo — Ant.o José Vitro. Borges da Fonseca. O secretário Feliz Manuel de Matos."

Concluindo, resta-me apresentar as minhas congratulações ao Monsenhor Couto pela publicação da sua interessante e erudita monografia, ao mesmo tempo que agradeço aos "Diários Associados", a generosa acolhida que têm dado aos meus trabalhos.

O FUNDADOR DE QUIXERAMOBIM — NOBRE FILHO DO PÔRTO

Faz poucos anos que o Ceará, através do jornal "O Nordeste", apreciou a gigantesca obra do capitão Antônio Dias Ferreira. Foi no ensejo do bicentenário da paróquia de Quixeramobim (Ceará), que o Sr. Ismael de Andrade Pordeus presenteou seus conterrâneos com a minuciosa descrição do que foi a origem daquela cidade, desde a primitiva fazenda de Santo Antônio do Boqueirão, fundada à custa de vidas; pois, naquela remota época de 1712, os índios ainda molestavam a qualquer colonizador que ousasse embrenhar-se no êrmo sertão cearense.

Filho do Pôrto, passara Antônio Dias Ferreira algum tempo no Recife. Encontrando, porém, aqui poucas possibilidades seguiu, a exemplo de muitos pernambucanos, para o Norte, a fim de tentar a sorte no Ceará, que então ainda pertencia a Pernambuco e começava a ser colonizado.

À margem do rio Quixeramobim, achou Ferreira terras que lhe pareciam próprias para fundar uma fazenda. Estabeleceu-se, pois, adquirindo no decorrer dos anos vinte léguas e atraindo para junto do curral numerosos moradores. Foi êste núcleo de cristãos que, em 1730, pediu ao bispo de Pernambuco a devida licença para levantar, na fazenda, uma capela a Santo Antônio de Lisboa, visto que a sua matriz de Russas distava trinta léguas e a capela mais próxima de Nossa Senhora da Conceição do Banabuiú, vinte léguas, razão suficiente para convidarem, vez por outra, um sacerdote a celebrar missas e desobrigar o povo do Boqueirão.

Antônio Dias Ferreira ofereceu, desde logo, meia légua de terra para patrimônio da futura capela, prontificando-se ademais a dirigir as obras da construção. Obtida a autorização do Prelado, deram início aos trabalhos que chegaram à conclusão em 1732, quando a modesta capela de taipa recebeu a bênção inaugural, ficando como fabriqueiro o seu maior benfeitor Dias Ferreira. Via-se bem pago o nobre filho do Pôrto; mas, não se contentava com isso. A par da obra material realizada desejava também trabalhar na obra construtiva de sua própria vida espiritual. Seguiu, pois, em 1734 para o Recife solicitando o hábito franciscano da Ordem Terceira Penitente na qual professou, a 24 de fevereiro de 1739.

Pareciam satisfeitas tôdas as aspirações de Antônio Dias Ferreira. Entretanto o filho de São Francisco concebeu novos ideais. Já não lhe bastava a capela de taipa, acanhada e pouco resistente às intempéries do inverno. Ainda não haviam passado três lustros, desde a bênção da primitiva igrejinha, quando o rico fazendeiro, junto com os seus moradores, pediu permissão para levantar uma igreja nova e mais ampla.

Se a primitiva capela já atraíra muitos moradores que desejavam viver sob a proteção de Santo Antônio, mais afluiu o povo para junto do templo em construção, e todos de bom grado ajudavam a nova emprêsa encetada pelo terceiro franciscano. Êste, prevendo o fim de sua vida e sabendo que a nova igreja requeria muitos meios, doou vultosas somas e abundantes bens para garantir a sua obra predileta.

Quando o idoso fazendeiro faleceu, em 1754, ainda continuava em andamento a construção da igreja. Mas, baixando ao túmulo o terceiro revestido do burel franciscano levava consigo a certeza e satisfação de ter realizado uma grandiosa emprêsa. Mais ainda. Um ano após a morte de Antônio Dias Ferreira, a nova igreja recebeu os foros de matriz. De bom grado, continuaram os fiéis a contribuir para a casa de Deus até que afinal, em 1775, viram as suas fadigas coroadas, nada mais faltando à matriz de Santo Antônio.

O modesto Terceiro franciscano tão gratamente lembrado entre os cearenses, desde o recente bicentenário de Quixeramobim, impõe-se também à estima dos terceiros franciscanos. Pois, no Recife, o fundador de Quixeramobim ocupou várias vêzes o cargo de Ministro da Ven. Ordem Terceira de São Francisco, em meados do século XVIII, dstacando-se desde então como eximio benfeitor do convento franciscano recifense. Tôda vez que um esmoler franciscano percorresse o Ceará contava com a generosidade de Antônio Dias Frreira, o qual também propagava, o melhor possivel, a sua querida Ordem Penitente, segundo testemunha o livro de entrada dos terceiros franciscanos.

Assim, Antônio Dias Ferreira figura como pioneiro da civilização no longínquo sertão cearense e como fundador da devoção a São Francisco das Chagas, Santo êste já então padroeiro da Ordem Terceira recifense e hoje taumaturgo de Canindé e de todo o Norte do Brasil.

Frei Venâncio Willeke, O. F. M.
Câmara Municipal do Pôrto — Boletim Cultural. Volume XXIX. Março — junho: 1966. Págs. 9 a 12.

CARTA DE GOMES DE FREITAS A CARLOS STUDART FILHO SÔBRE ANTÔNIO DE SAMPAIO

Fortaleza, 24 de dezembro de 1966

Prezado General Carlos Studart,

Dias atrás tive a oportunidade de lhe comunicar o achado de um documento referente ao genitor do nosso general Sampaio. Hoje, é com alegria que prazerosamente lhe envio a cópia da aludida peça histórica.

O documento confirma as minhas asserções anteriores de que Antônio Ferreira Sampaio era realmente filho reconhecido de Francisco Xavier de Araújo e como tal distinguido. Isto, sabia-o bem a família e por sabê-lo o arrolava entre os seus, não sendo desconhecido

o lugar de relêvo que lhe foi dado nas fileiras do Regimento da Serra dos Côcos, onde na época dominavam os Araújos.

Com os meus melhores votos de bem-estar e a expressão sincera de minha admiração.

Gomes de Freitas.

O documento a que nos referimos encontra-se às fls. 126 do livro n.º 34, do Arquivo Público do Estado do Ceará e reza o seguinte: "Lista dos Oficiais do Regimento de Cavalaria Miliciana da Serra dos Côcos, que têm patentes confirmadas, ou dêste Govêrno.

Ajud. Félix Gonçalves de Sousa
Secretário, Carlos José da Cunha
Capitães:

1.ª Comp.ª, Sebastião Ribeiro de Melo
3.ª Comp.ª, Francisco de Oliveira Magalhães
6.ª Comp.ª, Vitor de Barros Galvão
Tenentes:
1.ª Comp.ª, João Ribeiro de Melo
7.ª Comp.ª, Antônoi Dias Ferr.ª
Alferes:
1.ª Comp.ª, Luís Lopes Teixeira
2.ª Comp.ª, Antônio Ferreira Sampaio
7.ª Comp.ª, David de Sousa Maia

Fortaleza, 20 de setembro de 1819
No impedimento do secretário, o oficial de secretaria
Vicente Ferreira de Castro Silva.

* * *

"por parte da Libertada a criôla Domingas me foi apresentado o papel de sua Liberdade que havia alcançado de sua Senhora a criôla Maria, escrava de Francisco Duarte Bezerra, requerendo me que para conservação do Direito da mesma Libertada o tomasse e lansasse em nottas para ter o seo devido effeito, cujo papel por me ser destribuido e estar outro sim a mim reconhecido e sellado com o competente sello o tomei e aqui lansei e o theor ditado he da forma e maneira seguinte: — *"Digo eu abaixo asinado, que entre os mais bens que possuo de mança e pacifica posse, he bem assim huma escrava de nome Domingas, a qual houve por título de Compra por*

Consentimento do meo Senhor Francisco Duarte Bezerra, e por Consentimento do mesmo meo Senhor lhe dou a Liberdade gratuitamente e a hei de por fôrra desde agora para sempre, como se fôrra nascesce de ventre Livre para que conste do referido pedi ao Snr. Padre Joaquim Jozé Coelho que este por mim escrevesse e que a meo rogo assinasse dito meo Senhor em firmeza de ter prestado o Seo consentimento prezentes as testemunhas o senhor João Caitano Alz Lima, o senhor João Ferreira de Abreo, e o senhor Manoel Ferreira Lima — SAM VICENTE quinze de Agosto de mil oitocentos e nove." Registrado no Cartório de Icó do tabelião Antônio de Oliveira Castro.

Pela cruz juravam os mais velhos, que os desconhecidos eram quatro emissários do inferno. (*)

CARLOS STUDART FILHO: UM NOME QUE HONRA A CULTURA DO CEARÁ

Sexta-feira última, 17 do corrente, transcorreu, entre festas e alegria dos seus parentes, amigos e admiradores, o aniversário natalício do brilhante historiador e homem de cultura, Carlos Studart Filho, nome por demais conhecido nas esferas intelectuais brasileiras.

Êsse notável cultor das letras completou setenta primaveras mas continua jovem e bem disposto e ainda êste ano entregará aos seus conterrâneos mais dois livros de sua lavra, versando sôbre a História e a Pré-História.

Carlos Studart Filho é hoje, indubitàvelmente, a mais fecunda expressão da historiografia cearense. Se há mais de quarenta anos vem ilustrando, com luminosa e perseverante colaboração, os periódicos e as revistas especializadas de dentro e fora do Ceará, intercalando-a com a publicação de livros de real valor histórico, mais se tem ampliado, no último decênio, êsse labor admirável.

É que o afastamento das lides professorais que lhe impunha o Magistério Militar do Exército, onde, por tantos anos, honrou com brilho e eficácia as cátedras de Geografia e História, veio presenteá-lo com as despreocupadas horas de meditação, estudo e pesquisa que são o sonhado anelo de todo intelectual militar.

Nosso ilustre colaborador, que às vêzes se esconde por trás do pseudônimo de Podestá Ribeiro, nasceu a 17 de junho de 1896 em Fortaleza. Fêz seus primeiros estudos em Manaus e depois em nossa capital e na Suiça, no Colégio Auckentaller. Em 1918, formou-se em Medicina na hoje Faculdade de Medicina da Universidade do Brasil, onde sua tese de doutorando lhe valeu a láurea do Prêmio Gunning. Em 1919, ingressou por concurso no Corpo de Saúde do Exército, que deixou mais tarde para integrar o Magistério Militar.

(*) **Nota:** A casa de S. Vicente dos Duartes Bezerras de que descendem o jornalista Clímaco, seu irmão senador Vicente Bezerra Neto, des. Luís Gonzaga Bezerra e outros próceres políticos de Várzea Alegre, fica a nove quilômetros da cidade de Cedro (Vaca Brava (?)).

Lecionou Geografia e História nos Colégios Militares do Ceará e do Rio de Janeiro e na Escola Preparatória de Cadetes de São Paulo. Por duas vêzes assumiu o Comando da Escola Preparatória de Fortaleza, a que ficou adido em 1955. Naquele ano foi reformado no pôsto de general-de-divisão.

Regeu, também, interinamente, a cadeira de Geografia da Escola Normal de Fortaleza. Sua passagem pelo magistério, quer civil quer militar, ficou assinalada pela invulgar erudição e austeridade de que sempre se revestiu a atividade docente.

Vem colaborando há vários anos na Imprensa do Ceará e do Rio, bem como em publicações especializadas como "O Ceará Médico", "Revista do Instituto do Ceará" e "Revista da Academia Cearense de Letras". Sua bagagem literária é avultada, contando-se por quase uma centena o número de trabalhos escritos, principalmente sôbre História, Geografia e Etnologia. A profundeza e segurança com que tem escrito acêrca dos homens e fatos da História do Ceará já lhe asseguraram lugar de indiscutível relêvo na historiografia cearense. É, ainda, ardoroso polemista e crítico literário.

Pertence ao Instituto do Ceará, Academia Cearense de Letras, Sociedade Capistrano de Abreu, Sociedade Brasileira de Geografia, Associação Brasileira de Imprensa e Instituto de Genealogia do Ceará. É sócio honorário da Sociedade Cearense de Geografia e História e sócio correspondente da Academia Fluminense de Letras e dos Institutos Histórico e Geográfico de São Paulo, Pará, Rio Grande do Norte, Maranhão, Amazonas e Minas Gerais. Faz parte do Instituto Genealógico Brasileiro, na qualidade de Conselheiro. É detentor de várias condecorações civis e militares, entre as quais figuram a "Cruz do Mérito de Isabel, a Redentora" e a "Medalha do Cinqüentenário da Proclamação da República".

Sua bagagem literária ascende a 16 trabalhos, que são: "Contribuição Para o Estudo do Apêndice íleo-cecal no Homem" — Tese de doutoramento apresentada à Faculdade de Medicina do Rio de Janeiro; "O Uso dos Metais na América Pré-Histórica"; "Notas Para a História das Fortificações do Ceará"; "Descoberta e Conquista de Novas Plantas"; "História do Ceará Holandês"; "Estudos de História Seiscentista"; "Fundamentos Geográficos e Históricos do Maranhão e Grão Pará"; "As Famílias Studart e Pereira"; "A Revolução de 1817 no Ceará e outros estudos"; "O Padre Gomes de Araújo e a Revolução de 1817 no Ceará"; "As Histórias em Quadrinhos e Seus Malefícios"; 'Os Aborígenes do Ceará"; "Três Artigos Polêmicos" e a "Dupla Bastardia da Família Imperial Brasileira".

Não é despiciendo repetir, porque não é sua a observação, que ao empreender o estudo de um problema histórico qualquer, nêle se lhe antolham sempre faces novas, ângulos ainda não explorados, e, assim, vai chegando à conclusão inédita, à apresentação de pontos de vista ainda não emitidos pelos que lhe antecederam o mesmo campo de análise. De suas pesquisas, no setor da história cearense, resultou ser ela enriquecida de vários capítulos novos, entre os quais podem ser classificados: "Vias de Comunicações do Ceará Colonial"; "A Revolução de 1817"; "As Fortificações do Ceará"; "A Rebelião de 1713"; "Primitivo Comércio Marítimo"; "Martins Soares e Guerra de Libertação Pernambucana"; "João Alves da Encarnação" e "Matutos Louros do Ceará".

Mestre José Honório Rodrigues nivela-o EM SABER E ERUDIÇÃO a Pompeu Sobrinho quando, em seu prefácio à "Historiografia Cearense" na "Revista do Instituto do Ceará", sentencia: "Não era mister destacar as exceções, pois a "Revista" sempre foi louvada pela alta categoria de seus colaboradores entre os quais já se distinguiam Pompeu Sobrinho e Carlos Studart Filho, CUJOS VÁRIOS CONHECIMENTOS E ERUDIÇÃO eram por todos procurados em suas páginas. E mais adiante prossegue, asseverando "que seus escritos publicados na "Revista do Instituto do Ceará"", representam, ao lado das novas investigações etnográficas", de linguística indígena da pré e proto-história de Pompeu Sobrinho e outros consócios do Instituto, SUBSÍDIO DE ALTA CATEGORIA INTELECTUAL SEJA PELA SERENIDADE DA INVESTIGAÇÃO SEJA PELO TEOR DE INTERPRETAÇÃO, SEJA FINALMENTE PELA EXPOSIÇÃO".

Foi, no Ceará, Delegado do Conselho de Fiscalização das Expedições Artísticas e Científicos e agente, em Fortaleza, do Museu Histórico do Estado. Lecionou Arqueologia no Curso de Antropologia mantido pelo Instituto de Antropologia da Universidade Federal do Ceará, com Fernandes Távora, Carvalho Lima e Hermógenes Pereira. Dirigiu por algum tempo o Centro Médico.

Como se observa, Carlos Studart Filho é um nome que muito honra o Ceará e o Brasil. ("Unitário").

UM EPISÓDIO DEPLORÁVEL DE NOSSA HISTÓRIA

TOMÁS POMPEU

Em 1841, após a queda do 1.º ministério da maioridade, a exaltação do partido liberal tocara aos extremos, refletindo-se nas discussões animadas das Câmaras.

Na Câmara dos deputados, o representante paulista Floriano de Toledo, em sessão plena, chamara o Ministro da Fazenda Miguel Calmon du Pin e Almeida (Marquês de Abrantes), de **ladrão.**

No Senado, o Ministro do Império, Cândido José de Araújo Viana (Marquês de Sapucaí), mestre do Imperador, sem atender à superexcitação dos ânimos, imprudentemente mandara, pelo senador Paula Sousa, um recado insultante ao senador Alencar, acusando-o de conspirar contra o Govêrno, que, ciente do ocorrido, o esmagaria politicamente.

Alencar, avisado disso, conversava com o Marquês de Paranaguá (Vilela Barbosa), Ministro da Marinha, a quem dava satisfações, quando surge o Ministro do Império, que, ao gesticular para Alencar, lhe exproba o proceder, qualificando-o de indigno de ter assento no Senado.

Alencar, lutador experimentado e pundonoroso, não demora resposta ao insulto; adianta-se para Araújo Viana, e dá-lhe tão tremenda bofetada que o deita por terra com os óculos quebrados e o rosto inchado.

O escândalo foi enorme, sem precedente nos anais parlamentares, e dêle procuraram tirar provcito os políticos.

O senador José Bento escrevia logo depois a um deputado mineiro o seguinte:

"F... Hoje o nosso amigo padre Alencar deu uma bofetada no Ministro do Império. Seria conveniente que aparecesse à noite em casa do nosso dito amigo, a fim de vermos o partido que a causa pública pode tirar dêste acontecimento."

Deu-se êste triste acontecimento a 11 de setembro de 1841.

Para atenuar o efeito de fato tão lamentável, o Imperador, que ainda não completara 16 anos, conferiu a seu ministro a chave de camarista, e fê-lo fidalgo de sua casa. (*)

* * *

No Ceará o espírito público agitava-se enfermiçamente. Pressentia-se grave acontecimento no sentir geral dos políticos, sendo o Dr. José Lourenço de Castro e Silva indigitado por todos como a vítima expiatória das vinganças partidárias.

(*) Diz o cronista, de quem hauro estas informações, que, três anos depois (1844), Araújo Viana, a vítima de Alencar, o procurara para que lhe afiançasse uma letra, que nunca mais pagou, tornando-se íntimo de Alencar. Cobrou a multa da injúria à inglêsa, em dinheiro sonante.

Diz-se que êle e seu tio Facundo receberam por vêzes aviso de que se tramava seu assassinato; mas não lhe ligaram importância nem tomaram cautelas.

No dia 8 de dezembro (1841), pelas 7 horas da noite, no coração da cidade, na casa que avizinha hoje o estabelecimento de J. Vilar, na antiga Rua da Palma (atualmente Major Facundo), estava Facundo na janela, ao lado de sua espôsa, quando recebe da rua dois tiros que o mataram instantâneamente, ferindo esta senhora.

A gravidade dêste atentado, com a impavidez do escândalo, nas proximidades do palácio presidencial, contra o vice-presidente da Província, que acabara de passar a administração ao presidente, e cidadão mais graduado da oposição, só podia emanar da gente do Govêrno, com a conivência da polícia.

Os assassinos retiraram-se sem ser perseguidos, pùblicamente, entraram em casa do Chefe de Polícia e desapareceram.

O alvorôto popular foi imenso, e o terror ou mêdo não menos, porque cada **chimango** (liberal) se via ameaçado de igual sorte, sem ter para quem apelar. Houve quem pensasse se tratar de uma matança à São Bartolomeu, de uma extinção concertada dos chefes e influências preeminentes do partido oposicionista.

A incerteza acabrunhava a todos e nos arraiais políticos perguntava-se se o presidente Coelho ignorava.

Ninguém pudera afirmar ou negar conscientemente.

Os precedentes, porém, bem como os fatos posteriores, induzem a crer que os assassinos ou seus mandantes contavam com a sua aprovação ou complacência.

Se antes o ignorava, soube-o depois, e por seu proceder tíbio quase se tornou cúmplice.

Os debates judiciários e as revelações posteriores provaram que o assassinato partira do coronel Agostinho José Tomás de Aquino, chefe inconteste e preeminente do partido saquarema (conservador) do Icó, condecorado com a comenda da Rosa, e que há pouco fôra companheiro de viagem de Coelho, de acôrdo com o major Francisco Fernandes Vieira, depois Visconde do Icó, e que dêle tivera ciência, bem que não o aprovasse, seu filho juiz de direito e chefe de polícia, Dr. Miguel Fernandes Vieira.

A mulher do presidente Coelho foi também acusada de cumplicidade, embora pelas provas judiciárias não se pudesse formar juízo seguro.

O executor do ato foi Jacarandá, oficial de imediata confiança do Presidente, sendo atiradores, mandatários, um negro por nome Abraão (que foi o único condenado), e um tal Bezerra, irmão de Manuel Bezerra, criatura de palácio.

Êste grande atentado, que o Presidente deixou impune e mostrou, se não aprovar, ao menos criminosa indiferença, foi o sinal da reação sanguinária por tôda a Província.

Os assassinos Mourões, partidários do presidente, perderam todo escrúpulo, e, sentindo-se patrocinados pela alta autoridade administrativa, cometeram nefandas estropelias nas comarcas de Sobral (Vila Nova) e Príncipe-Imperial (no Piauí).

Os sediciosos de São Bernardo e Cascavel aproveitaram a monção para assassinar, espançar e roubar.

No ano seguinte caía pùblicamente assassinado, em Cascavel, o tenente-coronel José Simões Branquinho, pelo famigerado Antônio Joaquim Pereira.

Branquinho era, então, o chefe ostensivo e preponderante dos chimangos (liberais).

O ano de 1841 terminava sob a profunda e angustiosa impressão de terror do assassinato protegido pelo Govêrno.

O sobrinho de Facundo, Dr. José Lourenço, e o padre Carlos Peixoto de Alencar seguiram sem demora para o Rio de Janeiro, a pedir providências para a punição do atentado e garantias para si e seus amigos.

* * *

A 10 de novembro (1841) a assembléia provincial encerrava as suas sessões, sem conceder lei alguma, por ter empregado o tempo em discussões ardentes e manejos de oposição para neutralizar a maioria.

Foi nessa sessão que se deu o incidente gravíssimo, a que, depois, os inimigos de Facundo atribuíram seu assassinato.

Diz-se que, desejando a oposição fazer passar certo projeto e não podendo, por equilibrar-se, apenas, com a governista, lembrou-se alguém de editar um pouco de tártaro emético em algumas quartinhas, o bastante para provocar vômitos. Os deputados da oposição, avisados, não tocaram na bebida, mas alguns governistas, tais como o Dr. Gaspar e o coronel Agostinho a beberam e foram atacados de vômitos.

Êste fato passou a princípio despercebido, mas depois tornou-se o tema de repetidas acusações, atribuindo-se à oposição o propósito de propinar veneno aos deputados governistas.

Propalou-se que Agostinho jurara, desde então, matar a Facundo e a José Lourenço, coisa que em sua consciência (dêle), segundo o dizer de um cronista pesava pouco, por se ter acostumado, de longa data, a vinganças semelhantes.

Uma testemunha, acima de tôda suspeita, o escrivão J. Maximiano Barroso, que desempenhou papel importante no partido conservador, referiu ao senador Tomás Pompeu que, "estando na noite da morte de Facundo em casa do Dr. Miguel Fernandes, onde se achavam hospedados o coronel Agostinho, o Dr. Bastos e outros, e causando profunda impressão o acontecimento, a ponto de se mostrarem aflitos o Dr. Bastos e o velho Francisco Fernandes, que não ocultavam a indignação de que se achavam possuídos, levantara-se de um sofá o coronel Agostinho, furioso ralhando com os parentes por se mostrarem sentidos, e invetivando a vítima, dizendo que tinha visto matar muita gente boa, sem causar tanto alarido! Acrescentou que os mandantes do assassinato foram Agostinho e um irmão dêste, que aqui se achava (na Fortaleza); que o agenciador fôra José Rufo, que obtivera por intermédio de um Holanda, de Tauape, os três assassinos — Antônio Abraão, Antônio Pinto e Pedro Chagas".

Por sua vez o coronel João Brígido ouviu, em confiança, de José Rufo, o seguinte: "José Rufo fôra aliciado pelos mandantes do assassinato, sem que tomasse parte, tendo ciência de tudo, mas que não denunciara para não passar por traidor, além de ser inimigo de Facundo; vira o boticário Ferreira tirar da prateleira de sua botica dois clavinotes e entregá-los aos assassinos Pedro Chagas e Antônio Abraão".

Bernardo de Melo refere que, morando, então, na rua de Baixo (hoje Sena Madureira), vizinho a Jacarandá, estava na porta de sua casa, na ocasião em que mataram a Facundo, e ouviu a mulher de Jacarandá, quando êste entrava em casa, perguntar-lhe em voz alta: "Malvado, mataste um pai de família?"

O Dr. Ratisbona, homem político, antigo deputado-geral, conta que ouvira na vila da Independência ao vigário da freguesia referir ter ouvido do Dr. Piretti, quando presidente do Piauí, "que, por ocasião da morte de Facundo, o presidente Coelho ficara furioso em palácio, fôra até a casa da vítima, onde se lhe deparara um concêrto de maldições contra êle; e, voltando desorientado, encontraram a mulher na sala, a qual lhe dissera que se acalmasse, pois, quem tinha mandado matar a Facundo fôra ela. Coelho chamara, então, o Piretti (seu secretário) ao gabinete e lhe comunicara que embarcaria no dia seguinte para o Sul.

Piretti deixou-o acalmar-se, e mais tarde foi ter com êle; mostrou o inconveniente de sua resolução, o perigo para a ordem pública, e a responsabilidade que tomava para com o Govêrno-Geral, que o responsabilizaria pelas conseqüências. Coelho aceita o parecer de seu secretário e muda de resolução.

O major Belarmino assegurou que os assassinos foram: Pedro Chagas, Abraão e Pacheco, que êle correra até o Palha, onde morava o pai, com a camisa enrolada

na cintura e o bacamarte, e os outros dois correram pelo caminho das Aningas, foram tomados na garupa por XX e conduzidos ainda com os bacamartes. Acrescenta que êstes assassinos confessaram os haver recebido em casa de Miguel Fernandes, onde estava o coronel Agostinho, diretamente da mão dêste; e ainda, que o Comandante da Polícia, Franklin do Amaral, era conivente, sendo que dois dias antes policiara as ruas no sentido de afastar as testemunhas do crime.

Do que nos transmitiram as crônicas e testemunhas dêsse tempo, vê-se quão exacerbados estavam os ânimos dos políticos em conseqüência da mudança do Ministério da Maioridade (dos Andradas) para o seu sucessor reacionário.

O partido liberal, que se avolumara na administração de Alencar, e adquirira fôrça na Província, embora não tivesse tempo de enfraquecer o adversário, poupado pelo espírito de concórdia dêsse presidente, e por ordens terminantes do Govêrno-Geral, especialmente do Regente, Araújo Lima, espírito autoritário, que não consentia se tocasse nos seus partidários do Ceará, ressentira-se das medidas violentas que Jerônimo Coelho pusera em prática, como demissões em massa, perseguições, recrutamento bárbaro e outras medidas de arrôcho e compressão.

Era preciso enfraquecê-lo e conquistar nas próximas eleições para deputados-gerais as cadeiras ocupadas por amigos de Alencar.

Daí todo o cortejo de arbitrariedades e de crimes, que vieram epilogar nos assassinatos de chefes liberais.

Apesar da ferocidade dos meios, demonstram que, para quebrantar as opiniões políticas, êles se tornam necessários. As lutas partidárias assumiram a gravidade de guerra civil. Os homens valiam mais do que os pacatos e condecendistas de hoje.

Fortaleza — Julho — 1922.

(Transcrito do "Almanaque do Ceará")

PADRE IBIAPINA, FILHO DE IBIAPINA

PEDRO FERREIRA

Lendo — de um trago da alma — o importante trabalho, intitulado "Apóstolo do Nordeste", de autoria do ilustre jornalista João Lindemberg de Aquino, publicado na brilhante revista "Itaytera", que se edita na bela cidade sul-cearense do Crato, notei que deu o grande padre Ibiapina, de imperecível memória, como nascido no município de Sobral, baseado, quiçá, na certidão de batismo do aludido sacerdote.

A mesma certidão ou assento de batismo reza que os genitores do Padre eram moradores na freguesia de Sobral, quando em 1806 — época em que houve o batismo do Padre — êles moravam na antiga povoação de Ibiapina, situada no hinterland verde da graciosa ibiapabana serra.

Os genitores do Padre — muitos sóis antes do nascimento dêste — já haviam se mudado da cidade de Sobral, onde moravam, diretamente para a povoação serrana de Ibiapina, residentes nesta, satisfeitos, muitos anos, com vistas aos serventuários.

De Ibiapina se mudaram para a cidade de Icó.

Logo êles, os genitores do Padre, não moravam, é certo, em nenhuma fazenda ou lugarejo da freguesia de Sobral.

Assim, aquela certidão de batismo escrita a la diable nenhum valor histórico tem — por não dizer precisamente o lugar do nascimento do Padre em aprêço.

Ademais, quando nasceu o padre Ibiapina não havia padre no pequeno povoado serrano, razão por que seus pais, clientes da estada do padre Antônio Mendes na fazenda Ôlho d'Água que demora muito próxima a Ibiapina, levaram seu filho José para se batizar ali.

Pois é muito natural uma pessoa nascer em lugar e, depois, se batizar em outro.

Para maior prova de que a atual e florente cidade da Ibiapina, antiga aldeia do "Diabo Grande", é de feito, o berço do glorioso padre, transcrevo abaixo, ipsis verbis, alguns trechos da biografia no notável ibiapinense, feita em 1883, por seu parente Antônio Modesto de Maria Ibiapina e publicada na Revista do Instituto Arqueológico e Geográfico Pernambucano número 83, de 1911: — "Francisco Miguel Pereira, homem oriundo de uma das principais famílias de Sobral, tinha sido destinado por seus pais, para o estado sacerdotal e nesta intenção destraíram-no da vida do campo e mandaram-no estudar o latim. Quando porém devia seguir para o Seminário de Olinda, raptou e desposou-se com a D. Teresa de Jesus, também de boa família, mas que sendo a causa imediata tôda preterição da ordenação de Francisco Miguel, ficou odiada e desprezada dos sogros. Francisco Miguel vendo o desgôsto de sua querida espôsa e não tendo meios de vida em Sobral mudou-se para a povoação de Ibiapina, cujo nome juntou depois ao seu, e ali residiu alguns anos ensinando meninos para viver.

A Ibiapina era então uma pequena povoação de índios aldeados pelos jesuítas, situada em terras fertilíssimas da serra da Ibiapaba. Nesta povoação no meio dos índios da raça Tabajara, nasceu em 1906 o venturoso infante a que no batismo deram o nome de "Glorioso Patriarca", que viu florescar em suas mãos, a vara simbólica. Sôbre a proteção dêsse nome e sôbre a influência das virtudes cristãs de sua mãe, que com os beijos da maternidade lhe infiltrou no coração o germe da virtude, formou-se a alma do menino José; e sendo embalado no berço pelas doces brisas da Ibiapaba, pelo mavioso cântico das aves e pelo murmurar de suas fontes, apresentou desde o berço predisposição para as virtudes.

Sendo o terceiro filho de Francisco Miguel e de Teresa de Jesus, era ainda muito criança quando seu pai obteve a serventia do tabelião da cidade de Icó e para ali mudou-se."

Em vista do exposto, é claro que não estou, no dizer chistoso do poviléu, puxando mais uma brasa para as minhas sardinhas; por isso, peço e agradeço — a bem da verdade histórica — que isso, em edições futuras de seu importante trabalho, corrija o êrro do nascimento do padre Ibiapina na freguesia de Sobral.

ESCOLA DE SERVIÇO SOCIAL ATINGE MAIORIDADE AOS 15 ANOS

Criada em 1950, sob os auspícios da nossa Arquidiocese, a Escola de Serviço Social de Fortaleza completou anteontem, dia 25, quinze anos de existência. Dom Antônio de Almeida Lustosa, sensível aos problemas sociais que cada vez mais preocupam a Igreja, resolveu, em boa hora, fundar o nôvo estabelecimento de ensino, agregado à Universidade a partir de 1956. Contando atualmente com 25 professôres, que exercitam a parte teórica da Escola, e 15 supervisores de ensino prático, a E.S.S. já deu ao Ceará e, por extensão ao Brasil 181 assistentes sociais, na maioria empregando as suas atividades em obras e serviços sociais, incluindo alguns ligados a órgãos e instituições governamentais. Funciona em sede própria, um edifício relativamente amplo e confortável da Avenida Barão de Studart, na Aldeota. No momento, estão matriculadas nas suas quatro séries 117 alunas, 25

das quais se diplomarão êste ano. Desde 1961, a Escola de Serviço Social é dirigida por D. Maria Áurea Bessa, por sinal sua aluna fundadora, pertencente à turma de diplomandas de 1954.

UM POUCO DE HISTÓRIA

A idéia da criação de uma Escola de Serviço Social no Ceará deve-se a uma insistente sugestão do prof. Luís Carlos Mancini, sem favor um dos maiores nomes da Assistência Social no Brasil, conhecedor profundo do assunto e um entusiasta da sua implantação em nosso País. Em contato com o prof. Mozart Soriano Aderaldo, que fôra seu colega na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro, o prof. Luís Carlos Mancini instou para que fundasse a Escola em Fortaleza. As primeiras providências foram tomadas aí por volta de 1948, inclusive a filiação do futuro estabelecimento à Federação das escolas congêneres, que funcionava na antiga capital da República. Pouco depois, o Arcebispo Metropolitano tomava iniciativa idêntica, mandando vir do Sul a Assistente Social Mlle. Marçau. Tendo essa tomado conhecimento, através do prof. Luís Sucupira, do andamento da idéia do seu colega Mozart, promoveu uma reunião de todos os interessados, entre os quais se encontravam ainda o Irmão Guy Maurice (diretor da Faculdade de Filosofia, local da reunião) e a Assistente Social Nívea Coelho de Araújo. Na ocasião, o prof. Mozart cedeu à Arquidiocese todos os direitos decorrentes da filiação da planejada Escola à Fedração sediada no Rio, explicando que seu desejo era sòmente que o nôvo instituto fôsse fundado, tanto melhor se sob o patrocínio da Arquidiocese. E assim nasceu a Escola, para dar os bons e mesmo ótimos resultados que já pôde oferecer à nossa terra.

TRÊS DIRETORAS

Surgida a Escola do Serviço Social sua diretora, por fôrça de lei, teria que ser diplomada. E assim veio do Rio, para cumprir essa missão, a Assistente Social Jacinta Pietromarch, enviada pelo Instituto Social. Sua permanência aqui foi de 4 anos, e durante êsse período prestou assinalados serviços ao estabelecimento. Foi substituída por D. Maria da Conceição Machado Castro, vinda igualmente da antiga capital federal, que se revelou também uma notável diretora. Durante a sua gestão, a Escola passou a integrar, como unidade agregada, o mosaico universitário cearense. D. Maria Áurea Bessa, atual diretora, era vice-diretora quando assumiu o lugar em 1961. Vem realizando uma administração surpreendente, pois é prata de casa e foi formada, como dissemos acima, pela própria Escola. A instituição muito tem se desenvolvido sob o seu comando firme e acima de tudo dedicado, com o apoio, que considera decisivo, tanto de Dom José de Medeiros Delgado, Arcebispo de Fortaleza, como do reitor Antônio Martins Filho. Há possibilidade de a Ecola ser federalizada, como é o desejo de D. Maria Áurea Bessa.

A MELHOR DO NORDESTE

A E. S. S. é considerada a melhor do Nordeste e está colocada entre as quatro melhores do Brasil, entre trinta e tantas que existem no nosso País. Em matéria de desenvolvimento de comunidades (casos do Pirambu, do Mucuripe e outros em Fortaleza), sua atuação tem sido exemplar, servindo de modêlo para outros institutos congéners e obtendo repercussão internacional. Alunas da Escola trabalham como estagiárias, junto às Assistentes Sociais já diplomadas que prestam serviços em obras e instituições sociais em nossa terra.

Como organização privada que é, a Escola do Serviço Social padece de muitas

dificuldades, notadamente financeiras. As subvenções federais que recebe são sempre insuficientes. Quanto à ajuda do Estado, há uma promessa do Governador Virgílio Távora de melhorá-la no orçamento de 1966. E a Escola bem que precisa! Todos ali — diretora, professôres e alunas — trabalham com entusiasmo, mas gostariam de fazê-lo numa base material mais sólida. A incorporação — e não a simples agregação — à Universidade decerto resolveria o problema. E sabemos que o Reitor vê com simpatia essa solução.

("Correio do Ceará", de 27-3-1965)

PADRE VALDIVINO NOGUEIRA, O ORADOR DO SEU TEMPO

JOSÉ VALDIVINO

Mesmo com a filosofia positiva de Rocha Lima, nos fins do século passado, no mundo mental de Fortaleza, dominava o romantismo, entre os poetas de então. Estudava-se, ainda, a Retórica e era ela o ponto normativo na cadeira sagrada e nas tribunas.

Aparece, nessa época, o jovem sacerdote Francisco Valdivino Nogueira, natural de Limoeiro do Norte, professor do Seminário da Prainha. Estatura elevada, voz forte, dição impecável, apreciável cultura, Valdivino Nogueira tomou fama e, tôda vez que subia ao púlpito da nossa catedral, o povo o ouvia admirado e com significativo respeito.

Tôdas as regras da Retórica, desenvolvendo a oração em exórdio, texto e peroração, calcado o pensamento em argumentos sólidos, mas envolto em florelos estilísticos, em tropos, saía-lhe, assim, o sermão, a conferência, o discurso profano.

Nas grandes festas religiosas, nas comemorações cívicas, era o orador apontado, o intérprete feliz. A Academia Cearense de Letras e o Instituto Histórico do Ceará elegeram-no sócio e soube êle ficar à altura dessa honraria.

Encaminhou-se o Pe. Valdivino Nogueira pela escola oratória do padre Alves Mendes e o tribuno espanhol Emílio Castelar, que se caracterizavam por um gongorismo literário, em cujos florelos e rosáceas se afogava a idéia. No orador sacro cearense, êsse barroquismo estilístico não lhe foi peça de mau entalhe.

Ficou-lhe, sempre, a beleza da expressão, a idéia enfeitada, mas precisa, de fundo autêntico na argumentação histórica ou teológica.

A adjetivação é abundante, o período, longo, de finalização sonora e ondulante.

Suas peças oratórias fazem parte hoje da cultura do Ceará. A "Oração Sacra", o "Discurso de Recife", "A Falência da Razão", "A Dignidade da Mulher no Cristianismo", "A Ação Social do Bispo", "A Cruz da História", "A Oração dos Imperadores", "A Maternidade de Maria" credenciam-no como o "Crisóstomo cearense" pelo seu alto valor literário.

Amanhã, transcorre o primeiro centenário de seu nascimento, verificado nas proximidades de Limoeiro do Norte, a 24 de abril de 1866.

Sua cidade natal presta-lhe a melhor homenagem, assistindo à missa campal que o exmo. sr. bispo diocesano, Dom Aureliano Matos, celebrará precisamente sob a copa da frondosa tamarineira que abrigou o nascimento do grande filho da terra. Aqui, a Academia Cearense de Letras, o Instituto Histórico e a Casa de J. Galeno assistirão à missa solene, na matriz do Carmo, numa homenagem à data.

O padre Valdivino Nogueira, o tribuno, o poeta, o jornalista — bem o merece! Os de hoje na decorrência dessa centúria, homenageamos sua memória.

IRACEMA, ALENCAR E O CEARÁ

JOSÉ AURÉLIO CÂMARA

Nos dez dias que medearam entre 10 e 25 de junho último, a capital cearense assistiu a um desusado movimento ligado às comemorações centenárias da publicação do livro imortal de Alencar.

Conferências literárias, realizadas também no interior do Estado, palestras no rádio e televisão, noticiário na imprensa, inaugurações, ereção de monumentos, lançamento da edição monumental de "Iracema" pela nossa Imprensa Universitária foram, entre outros, acontecimentos que marcaram de modo altamente expressivo o centenário do romance-poema de José de Alencar.

As conferências, proferidas por personalidades de realce da intelectualidade nacional, não tiveram, em Fortaleza, infelizmente, a assistência e a repercussão que seria de esperar e desejar.

No ciclo programado pela comissão estadual, foi a primeira delas pronunciada pelo escritor e crítico M. Cavalcante Proença, figura de marcante atuação na moderna literatura brasileira, que do Rio veio especialmente para proferi-la.

Os que tiveram a oportunidade de ouvi-lo poderão atestar o profundo conhecimento que da obra alencarina revelou o conferencista, hoje, no consenso geral, uma das maiores autoridades no assunto.

Cavalcante Proença, que tem por Alencar e a sua obra uma apaixonada devoção, mostrou aspectos insuspeitados do romance centenário, enfatizando e analisando os símbolos que êle encerra e nos quais se revela, velada mas onipresente, a inspiração do imenso amor do romancista pela terra natal.

Chamou Proença atenção para a existência, em "Iracema", daquilo que dá a uma obra literária a sua imortalidade e a sua autenticidade junto à opinião pública: — o fato de o povo citá-la e a ela referir-se sem mesmo a ter lido.

Em relação àquele livro o fato é quase único na literatura brasileira, e aqui cumpre recordar o que descreveu alhures Rachel de Queiroz, quando narrou que, em determinado auditório, em meio a uma sucessão de perguntas, ninguém conhecia a personagem romanesca, "dos olhas de ressaca", enquanto todos conheciam a "virgem dos lábios de mel", mais rápida que a ema selvagem e de cabelos mais negros que a asa da graúna. É que a obra de Machado de Assis, malgrado a sua grandeza, não teve aceitação popular, não se identificou tanto com o povo quanto a obra do romancista cearense.

Josué Montello, da Academia Brasileira de Letras, Diretor do Museu Histórico Nacional, escritor de larga projeção no cenário das letras brasileiras, proferiu a conferência seguinte, que teve por tema "A Comédia Humana de José de Alencar".

Na oportunidade, quando ofereceu à Universidade do Ceará a última caneta utilizada pelo romancista, o conferencista destacou aquêle aspecto da obra de Alencar, que diz respeito às suas personagens, as quais, diferentemente daquelas de Balzac, que saíam dos registros para os livros, emergiam dos livros para o registro civil e as certidões de batizados. Nomes criados por Alencar, inexistentes até então, tiveram larga aceitação e divulgação que prenomelam hoje centenas de brasileiros.

A conferência de Josué Montello será pròximamente publicada na Revista "Clã", no número dedicado ao autor de "Iracema", em vias de entrar no prelo.

A terceira conferência foi pronunciada pelo filólogo e homem de letras Cândido Jucá Filho, catedrático do Colégio Pedro II e do Instituto de Educação do Rio, meio-sangue cearense, pois é filho do homônimo maranguapense.

"A Presença de José Alencar" foi o título da admirável conferência de Cândido Jucá, na qual mostrou o orador, à base de eloqüentes e constantes exemplos, quanto foi grande e profunda a influência da obra de Alencar na literatura de língua portuguêsa daquém e dalém mar.

Com novas palavras, novos temas, novos horizontes enriqueceu o grande cearense a literatura brasileira, de que foi um dos legítimos fundadores, e disso deu muitos e variados exemplos o erudito conferencista.

Palestras foram também proferidas em cidades do interior, versando sôbre a vida e obra de Alencar, por intelectuais como Raimundo Girão e Braga Montenegro. Prosseguirão nos próximos dias com outras a cargo de Nenzinha Galeno e Filgueiras Lima. De Crato e Sobral vieram a Fortaleza representantes das respectivas Faculdades de Filosofia, professôres José Newton de Sousa e João Alves Teixeira, que transmitiram aos fortalezenses, através da televisão, a solidariedade e o aplauso daquelas cidades.

Ao ciclo de conferências seguiu-se, na programação das comemorações, o lançamento da primorosa edição de "Iracema", com introdução e notas de Braga Montenegro, realizada pela Imprensa Universitária da Universidade do Ceará, cujo Reitor, por decreto presidencial, é o presidente da comissão estadual criada com aquêle fim.

O lançamento da edição, sem dúvida a melhor até hoje elaborada, teve lugar no salão nobre da Reitoria e contou com a presença do Presidente da República, do Governador, de três Ministros de Estado, de generais e almirantes, dos reitores de várias universidades brasileiras e de grandes figuras da cultura luso-brasileira, como Pedro Calmon, Vitorino Nemésio, Luís Viana Filho, Peregrino Júnior, Rachel de Queiroz, Cândido Jucá, entre outros. E em meio a tão categorizadas personalidades viam-se estudantes e homens do povo a revelar que aquelas comemorações, que ali atingiam seu ponto mais alto, não eram um privilégio das elites, mas emergiam na espontaneidade de uma autêntica consagração popular.

Mas a Universidade do Ceará, que, praticamente, realizou sòzinha em nosso Estado as festas centenárias de "Iracema", não descurou de proporcionar aos fortalezenses e a quantos de outros pontos aqui acorram a oportunidade de conhecerem uma das facêtas pouco divulgadas da obra alencarina: a do teatrólogo. Fêz inaugurar o Teatro Universitário com uma peça de Alencar — "O Demônio Familiar" — que permanecerá no cartaz ainda por algumas semanas.

Também deve ser creditado à Universidade a próxima publicação da obra inédita de José de Alencar, cujos originais foram entregues pelos descendentes do romancista ao acadêmico Josué Montello para serem guardados no Museu Histórico Nacional.

Vários volumes manuscritos até hoje não publicados fornecerão matéria para alguns livros que, completados com notas e eruditas introduções, trarão novos e valiosos subsídios ao conhecimento ainda maior da vida e da obra daquele que foi uma das maiores figuras da literatura brasileira de todos os tempos.

A Universidade do Ceará já está desenvolvendo esforços para que não tarde a ser publicado esta parcela desconhecida da obra imensa de José de Alencar.

Será um empreendimento a fechar com chave de ouro a série de realizações que assinalaram o primeiro centenário da mais bela, mais sentimental, mais querida e mais conhecida dentre as obras do imortal cearense.

AS RAÇÕES HOLANDESAS DO SÉCULO XVII

O estudo de um documento conservado nos Arquivos Reais de Haia permitiu calcular o que poderia ser "as rações militares e rações médias na Holanda do século XVII". (1) (Annales — 18.º anerée n.º 3.)

O documento data de 1648. Trata-se de uma estimativa dos gêneros necessários à manutenção, durante 18 meses, de 3 000 homens, mandados ao Brasil. Partindo

de números brutos, M. Miguel Marineam reconsituiu a ração quotidiana prevista para cada homem, como seja:

Farinha de centeio	489 grs.
Carne de boi	68 "
Presunto	34 "
Manteiga	68 "
Óleo	68 "
Bacalhau	68 "
Queijo	68 "

Uma tal ração, fornecendo 3 446 calorias ao organismo, pode ser considerada como copiosa, mesmo se seu equilíbrio, confrontado com as idéias dietéticas modernas, se apresenta imperfeito. "De qualquer modo, escreve o Sr. Morineam, o soldado era bem alimentado nas províncias unidas. Lembremo-nos, por comparação, dos miseráveis bandos de soldados espanhóis e italianos da guerra de Flandres. Um bom serviço de Intendência era uma vantagem militar, um atrativo para os estrangeiros engajados voluntários (suiços, franceses), uma consolação para os estrangeiros enviados à fôrça pelos seus príncipes (grandes burgueses e filhos do Grão Ducado de Hesse)."

Prosseguindo nos estudos, o autor pergunta a si mesmo qual seria o preço de tal ração se fôsse necessário comprá-la aos comerciantes e se o holandês médio da época poderia efetivamente gozá-la. Uma análise dos salários pagos aos operários têxteis de Leyde permite responder afirmativamente: "O alto nível alimentar dos holandeses, o caráter relativamente comum da ração militar deixam o observador um pouco atordoado"... "Um dos milagres holandeses do século XVII e não o menor: — é bem ter assegurado nas condições geográficas ingratas um nível alimentar elevado — o traço mais elevado talvez da Europa para uma nação."

("Sciences et Avenir", n.º 198, agôsto, 1963.)

AS BIBLIOTECAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO CEARÁ

CLEIDE ANCILON DE ALENCAR PEREIRA

Carlyle dizia: "A Biblioteca é a Universidade do Povo." Desnecessário comentar a lógica e a veracidade da afirmativa. O povo não pode ir à Universidade, mas as bibliotecas públicas funcionam como centro de irradiação de cultura, de auto-educação e auto-instrução.

Não contamos em nosso meio, e esta é uma afirmativa lamentável, mas irrefutável, com bibliotecas públicas que sirvam de "universidade ao povo".

Temos, porém, as bibliotecas da Universidade, que, embora nem sempre satisfatòriamente instaladas ou com acervo suficiente, dada a precariedade de recursos orçamentários, constitui a única realidade em matéria de biblioteca, em nossa cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, excetuando-se, naturalmente, as demais bibliotecas das Escolas Superiores, do Estado ou particulares: Administração, Veterinária e Filosofia Católica.

Um fato extremamente confortador é que nossos jovens, embora não tenham, em sua vida escolar de 1.º e 2.º ciclos, contato, e muitas vêzes, conhecimento algum com e sôbre uma biblioteca, ao ingressar em nossa Universidade, encontram uma às suas ordens, onde se procura beneficiar o aluno de tôdas as maneiras: através do acervo, composto de livros de texto (expressão usada corretamente para de-

signar os livros adotados no currículo) em número bastante razoável, dos demais livros necessários a especialidade de cada Faculdade, Escola ou Instituto, além das assinaturas correntes de periódicos especializados nacionais e estrangeiros; serviços de empréstimo local e domiciliar orientação de aluno no uso da biblioteca; pesquisas bibliográficas de assuntos especializados, para alunos e professôres; assistência técnica na apresentação de trabalhos científicos; além de todos os serviços técnicos que, só podendo ser executados por um especialista em Biblioteconomia, transformam uma insignificante coleção de livros em uma biblioteca, pois é óbvio que duas coisas são essenciais para a sua existência: livro e bibliotecário. O restante, instalação, desenvolvimento etc., vem, conseqüentemente, pelo esfôrço e pelo trabalho incansáveis do bibliotecário, que tem sempre em mente o seu lema, que é: "Servir".

Temos na Universidade Federal do Ceará as seguintes bibliotecas:

Biblioteca Central (provisòriamente) instalada no prédio dos Institutos Básicos, bloco de Física, criada em 1955, com a criação da própria Universidade, mas organizada em 1958, tendo como diretora a bibliotecária Maria Conceição Sousa (nome que é sinônimo de biblioteconomia, em Fortaleza), com acervo de 3 662 livros e 406 títulos de periódicos. Destina-se a todo o pessoal da Universidade (professôres, alunos e funcionários) para empréstimo local e domiciliar, e, ao público em geral, para consulta in loco.

O acervo é de caráter amplo, abrangendo, sobretudo: literatura, obras de referências (possui algumas das melhores e mais completas enciclopédias) e obras sôbre Biblioteconomia, de vez que funciona também, em sentido provisório, como biblioteca-laboratório (para estudo e prática) do Curso de Biblioteconomia e Documentação da U. F. C.

As bibliotecas das Unidades (Faculdades, Escolas e Institutos) possuem acervo essencialmente especializado nos respectivos campos e atendem aos seus professôres ou técnicos e alunos, para empréstimo local e domiciliar e a todos que as procuram, para consulta, pertençam ou não à Universidade.

Funcionam em prol da Faculdade ou Escola e Instituto e constituem uma necessidade fundamental, pois, como já definiu o professor Valadão, da Faculdade de Direito da Universidade do Recife "uma Faculdade é uma biblioteca cercada de salas de aulas". Em se tratando de instituições de experimentação e pesquisa, pode-se parodiar, completando essa magnífica definição, observando: uma Faculdade (ou Instituto, ou Escola) se constitui de uma biblioteca e de laboratórios cercados de salas de aulas.

Faremos a seguir exposição rápida das Bibliotecas de cada unidade (Faculdades ou Escolas e Institutos) de nossa Universidade.

Agronomia: Bibliotecária — Maria das Dores Viana Bezerra da Rocha, criada em 1918, organizada em 1957, com um acervo de 7 554 livros e 1 135 títulos de periódicos;

Arquitetura: Bibliotecária — Maria Antonieta de Figueiredo Bezerra, criada e organizada em 1965, com um acervo de 1 200 livros e 100 títulos de periódicos;

Ciências Econômicas: Bibliotecária — Jeanne Braga Pinto, criada e organizada em 1964, com um acervo de 2 954 livros e 35 títulos de periódicos;

Direito: Bibliotecária — Maria Herbene Maia Barbosa Lima, criada em 1938 e organizada em 1958, com um acervo de 14 870 livros e 43 títulos de periódicos;

Engenharia: Bibliotecária — Marlene Menezes de Albuquerque, criada em 1956 e organizada em 1959, com um acervo de 5 850 livros e 29 títulos de periódicos;

Farmácia: Bibliotecária — Luísa Maria de Alcântara e Saraiva Leão, criada e organizada em 1961, com um acervo de 1 297 livros e 98 títulos de periódicos;

Filosofia: Bibliotecária — Maria Zélia Sousa de Oliveira, criada e organizada em 1961, com um acervo de 6 704 livros e 80 títulos de periódicos.

Medicina: Bibliotecária — Cleide Ancilon de Alencar Pereira, criada em 1947, organizada em 1957, com um acervo de 5 807 livros (incluindo teses e folhetos) e 139 títulos de periódicos;

Odontologia: Bibliotecária — Almery Cordeiro Lima, criada e organizada em 1961, com um acervo de 847 livros e 44 títulos de periódicos;

Bibliotecas dos Institutos: Antropologia: sob a orientação de Maria de Lourdes Moreira, aluna do 2.º ano do Curso de Biblioteconomia e Documentação da U.F.C.; criada e organizada em 1960, com um acervo de 3 930 livros e 127 títulos de periódicos;

Educação: (da Faculdade de Filosofia Federal) Bibliotecária: Fernandina Fernandes, criada e organizada em 1963, com um acervo de 3 000 livros e 5 títulos de periódicos;

Física: sob a orientação de Ninusa Pedreira, criada e organizada em 1962, com um acervo de 923 livros e 41 títulos de periódicos;

Matemática: sob a orientação de Gláucia Borges, criada e organizada em 1962, com um acervo de 1 467 livros e 83 títulos de periódicos;

Medicina Preventiva: Bibliotecária — Vânia de Holanda Farias, criada e organizada em 1960, com um acervo de 712 livros e 25 títulos de periódicos;

Pesquisas Econômicas: sob a orientação de Selma Holanda, criada e organizada em 1962, com um acervo de 3 097 livros e 72 títulos de periódicos. Anexo ao Instituto de Pesquisas Econômicas funciona a Biblioteca do CETREDE, em organização, e que, ao que nos consta, ficará sob a direção da bibliotecária Aracy F. Costa.

Química: sob a orientação de Heloísa Frota Leite, aluna do 2.º ano do Curso de Biblioteconomia e Documentação da U.F.C.; criada e organizada em 1962, com um acervo de 2 970 livros e 117 títulos de periódicos;

Tecnologia Rural: sob a orientação de Teresa de Jesus Saraiva Câmara, aluna do 2.º ano do Curso de Biblioteconomia e Documentação da U. F. C.; criada em 1958 e organizada em 1965, com um acervo de 190 livros, 40 títulos de periódicos;

Zootecnia: sob a orientação de Márcia Maria Nogueira Prata, aluna do 2.º ano do Curso de Biblioteconomia e Documentação da U. F. C.; criada em 1962 e organizada em 1965, com um acervo de 280 livros e 26 títulos de periódicos.

Como se pode verificar, a Universidade Federal do Ceará já conta com 19 bibliotecas, sem incluir a dos Centros de Cultura (Hispânica, Portuguêsa, Itallana, Germânica, Inglêsa etc.) que embora não disponham ainda de pessoal especializado e, portanto, organização técnica, já contam com acervos bastante apreciáveis, podendo-se destacar os Centros de Cultura Hispânica, Portuguêsa e Inglêsa.

A maioria das bibliotecas de nossa Universidade, conforme pode ser verificado, já apresenta número bastante significativo de livros, sobretudo com pessoal especializado (ou prestes a especializar-se) em Biblioteconomia, não obstante devamos reconhecer que um só bibliotecário em cada biblioteca não é suficiente para desenvolver todos os serviços que tal organização, melhor servida tècnicamente, poderá prestar aos seus leitores.

Este problema, todavia, já está pràticamente solucionado, de vez que, com a resolução do Conselho n.º 153, de 17 de fevereiro de 1964, criando o Curso de Biblioteconomia e Documentação, e resolução n.º 174, de 22 de janeiro de 1965, dispondo sôbre seu funcionamento, tivemos no ano de 1965 p. passado 74 candidatos inscritos para o vestibular, 41 aprovados e 20 classificados (o Conselho estabeleceu apenas 20 vagas para 1965) e para o vestibular de 1966 corrente 61 inscrições e 30 aprovados e matriculados, de vez que o Conselho resolveu aumentar o número de vagas anteriormente existentes.

Portanto, em 1967, teremos 17 bibliotecários formados pela U.F.C. Atualmente somos apenas 17 bibliotecários em todo o Estado, sendo 14 na Universidade, 2 na Biblioteca Pública — Hilzanir Cals de Abreu e Anete Aguiar, e 1 na Assembléia — Srta. Bezerra.

Em 1968, mais 30 bibliotecários deverão ser formados pelo Curso de Biblioteconomia e Documentação da U. F. C.; e assim, consecutivamente, o que irá melhorar bastante, não só as condições de pessoal especializado nas bibliotecas da própria Universidade, como no âmbito de Fortaleza e do Estado em geral, de vez que, lògicamente, êsses bibliotecários deverão ser aproveitados também nas bibliotecas do Estado (Pública, Escolas e Faculdades, Secretarias, Superintendên-

cias etc.), no Município de Fortaleza (que não dispõem de nenhuma biblioteca), nas autarquias (bancos, grandes indústrias, etc.), nos colégios, etc.; como também nas bibliotecas do interior (totalmente desprovidos dos necessários técnicos de norte a sul) pois, para facilitar a formação de bibliotecários para o interior do Estado, consta do planejamento do Curso de Biblioteconomia e Documentação da U.F.C. a distribuição de bôlsas a candidatas dos municípios interioranos para que, após formadas, retornem às suas cidades e transformem coleções de livros inanimadas, inúteis, em bibliotecas vivas e produtivas.

Assim sendo, haveremos de ter, dentro de alguns anos, verdadeiras bibliotecas, servindo a todo o Estado, podendo então ser aplicado também ao Ceará, centro de literatos e artistas, a célebre e incontestável frase de Carlyle: "A Biblioteca é a Universidade do Povo."

("O Povo", de 22 de março de 1965.)

OS ÍNDIOS PAIACUS E A FORMAÇÃO DA ALDEIA DE MONTE-MOR-O-NÔVO — BATURITÉ

AIRES DE MONTALBO

A Missão de Nossa Senhora da Palma, que já vinha de longe, e se estabeleceu em Baturité, era constituída dos índios Jenipapos e Canindés a que depois se reuniu a tribo dos Quixelôs para complemento dos casais exigidos pelo Diretório real para formação da vila.

É costume dizer-se que em Baturité estêve, nesses inícios, a tribo dos Paiacus que, de fato, vivia no baixo Jaguaribe e foram aldeados pelos jesuítas na região que depois tomou o nome d Guareaní, hoje cidade de Pacajus.

O fato de se ter dado a Baturité, em sua elevação a vila, a 14 de abril de 1764, o nome de Monte-Mor-o-Nôvo, da América, tendo existido já antes, no Ceará, outro Monte-Mor-o-Nôvo, gerou em alguns historiadores antigos um lamentável equívoco. De fato a Missão de Nossa Senhora da Palma existiu antes da vida de Baturité, mas não era a aldeia dos Paiacus. Êstes nunca estiveram ali aldeados.

Tem razão o ilustre homem de letras, Dr. José Bonifácio de Sousa, ao escrever:

"Quando se tratou de executar a resolução régia, que mandava erigir em vilas as antigas reduções dos índios, dando-lhes administração civil, foi (a missão da Palma), para o sopé da referida serra (de Baturité), onde as condições locais pareceram ao ouvidor Vitorino Soares Barbosa mais apropriadas para a definitiva fixação daquele núcleo. O fato ocorreu em 1764, dois anos após a eração da freguesia de Nossa Senhora da Palma, quando foi instalada a Vila de Monte-Mor-o-Nôvo da América, origem da cidade de Baturité, na qual foram localizados não apenas os Jenipapos e Canindés, como também os índios remanescentes da Missão de Telha, outrora existentes na ribeira do Quixelô.

Ao contrário do que afirmam alguns historiadores, dêsse núcleo não fizeram parte os Paiacus, cujo aldeamento, a cargo dos jesuítas, também deu lugar em território cearense, a um anterior Monte-Mor-o-Nôvo da América, de que proveio a atual cidade de Pacajus." Grifos nossos. (Cf. "Quixadá, de Fazenda a Cidade", pág. 15.)

Foi esta confusão de nomes que fêz que certos historiadores (e nesses equívoco nos incluímos) colocassem em Baturité, a primitiva aldeia dos Palacus. Outros eram os índios da aldeia da Palma.

Razão tinha, portanto, o advogado Antônio Menescs da Rocha, autor de uma História de Baturité, em vias de publicação, quando negava, em artigos sucessivos no jornal "A Verdade", a existência dos Paiacus em Baturité, como núcleo missioneiro de que surgisse a Vila.

Houve, há tempos, entre nós, uma polêmica branda a êsse respeito, mas, de há muito, esta é também a nossa opinião e estamos de perfeito acôrdo com o que diz J. Bonifácio de Sousa, como também endossamos a posição do historiador baturitéense supracitado. Êste fato, històricamente, é líquido e insofismável. E os que, como nós, outrora, seguindo velhos historiadores incidiram no equívoco assinalado terão que fazer, no futuro, uma retificação em seus trabalhos sobretudo nos dicionários e monografias editados pelo I.B.G.E.

A veneranda imagem da Virgem, que acompanhou o aldeamento trasladado da zona montanhosa a sudoeste de Quixadá (serra da Palma) e presidiu à inauguração da freguesia de Baturité, a 19 de junho de 1762, hoje se encontra relegada ali a um nicho da Sacristia da Matriz de Nossa Senhora da Palma. A imagem tem tôdas as características do Brasil-Colônia. A que está, porém, atualmente sôbre o altar-mor é mais recente e foi posta em 1918, por iniciativa do Sr. Comendador Ananias Arruda, sendo Vigário mons. Manuel Cândido dos Santos, de feliz memória.

Guia e chefe inconteste dessas migrações da Palma foi o índio Jenipapo, Miguel da Silva Cardoso, desde 1731, o qual, depois, veio a ser o capitão-mor da nascente vila de Monte-Mor-o-Nôvo da América, hoje Baturité. **Ad Perpetuam Rei Memoriam!**

---

(1) Nota da Redação: Artigo publicado no jornal "A Fortaleza", de 24 de junho de 1966, sob o critônimo de Carlos Ridder. Tanto êste como Aires de Montalbo são pseudônimos do Padre Aloísio Furtado, S. J.

HOMENAGEM A CLÓVIS MONTEIRO

Acaba de aparecer no Rio de Janeiro a "Miscelânea Filológica em Honra à Memória do Professor Clóvis Monteiro".

O interessante volume (da Editôra do Professor — Rio de Janeiro) foi organizado pelo douto cientista brasileiro e nosso prezado colaborador professor Leodegário A. de Azevedo Filho, catedrático da Cadeira de Língua Portuguêsa da Universidade do Estado da Guanabara e presidente do Centro de Estudos Filológicos Professor Clóvis Monteiro, integrado na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma instituição de estudos superiores.

O volume divide-se em duas partes.

A primeira (nêle denominada Expediente) refere-se ao já citado Centro de Estudos Filológicos, que tem como patrono o ilustre investigador, que bem mereceu a homenagem dêste volume, e a problemas do ensino da língua portuguêsa.

Além do Prólogo do Magnífico Reitor da Universidade do Estado da Guanabara, prof. Haroldo Lisboa da Cunha, e da Apresentação devida à pena do prof. Átila Magno da Silva, Diretor da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da mesma Universidade, há a Introdução escrita pelo organizador do volume, "A Vida e a Obra de Clóvis Monteiro" do prof. Jairo Dias de Carvalho, o "Adeus a Clóvis Monteiro", palavras pronunciadas à beira do túmulo desta glória da ciência lingüística, pelo então Presidente da Congregação do Colégio Pedro II, Prof. Carlos Henrique da Rocha Lima, e o regulamento do Centro a que se aludiu diversas vêzes nestas linhas.

A referida Introdução historia, em breves palavras, o que se tem feito, em

matéria de ensino do idioma português, na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras, da Universidade do Estado da Guanabara.

Motivos especiais, mas bem compreensíveis, aconselham-me a transcrição destas linhas:

"O ensino do idioma, em nossa Universidade, realmente, precisa encontrar o seu rumo certo. Não mais se justifica a mentalidade estritamente gramatical, que ainda reina em vários setores da nossa cultura. A língua, fato social em mudança constante, se tem compromissos com o passado, não pode resistir às necessidades inovadoras do presente. O português, idioma que falamos, aqui se encontra nos centros de maior cultura do nosso País, e não apenas em Portugal. O apêlo freqüente a textos clássicos, para justificar a correção da linguagem, tem sentido apenas histórico. O que nos cumpre fazer é voltar a nossa atenção para a língua literária do presente, estudando-a em sua flexibilidade, para daí tirar conclusões. Não que o estudo, em pleno diacrônico, seja de menor importância. Mas o que se impõe, ao lado disso, é o exame da língua também em seu aspecto sincrônico, pois a lingüística moderna, em sua estruturação científica, não é apenas diacrônica ou apenas sincrônica. Ela é pancrônica.

"Outro aspecto que está exigindo uma atitude da nossa Universidade refere-se aos estudos de dialetologia. Cumpre aqui, e nos demais Estados, cuidar da organização de atlas lingüísticos regionais, a exemplo do que Nélson Rossi fêz na Bahia. Não se pode, com efeito, elaborar de pronto um atlas lingüístico do Brasil. Mas é perfeitamente possível a realização de altas regionais, que nos possibilitem o estudo da língua, não apenas através do comparatismo vertical, mas também do comparatismo horizontal. A semente, que o saudoso professor Serafim da Silva Neto semeou, precisa vicejar e dar frutos. E compete à nossa Universidade com o apoio das Secretarias de Educação dos Estados, o importante trabalho a que nos referimos."

Não resisto à tentação de transcrever mais êstes passos, embora levado agora por outros motivos:

"O longo período de improvisação, que se estende ainda aos nossos dias, aos poucos vai chegando ao fim, graças à ação lenta, mas persistente, dos nossos professôres universitários. Daí a responsabilidade que todos temos, não apenas no preparo das novas gerações, mas sobretudo na própria renovação de nossos métodos de trabalho, para que o espírito universitário realmente se instale no nosso meio, sendo esta a luta dos novos filólogos brasileiros... O importante é que todos trabalhem, com espírito realmente construtivo, pois muito ainda temos que fazer.

Para elucidação de alguns leitores da "Revista de Portugal" e para arquivar nestas páginas dados biográficos do insigne Clóvis Monteiro, reproduzo os seguintes passos da referida crônica do prof. Jairo Dias de Carvalho:

"O traço marcante da vida de Clóvis Monteiro foi a bondade, sentimento que nêle não excluía a justiça.

"Filho do funcionário federal Adolfo Thiers do Rêgo Monteiro e de D. Júlia Rodrigues Monteiro, nasceu em Fortaleza, no dia 10 de setembro de 1898.

"Órfão muito jovem, cedo abandonou os folguedos para dedicar-se ao trabalho, a fim de prover o sustento da genitora e de sete irmãos.

"Aos dezesseis anos foi secretário de 'A Tribuna", um dos mais vibrantes jornais da época.

"Aos dezenove anos, em virtude de concurso, assumiu o cargo de professor normalista da Armada, com exercício na Escola de Aprendizes Marinheiros do Ceará.

"Três anos depois, escreveu a tese "Morfologia e Sintaxe do Substantivo na Língua Portuguêsa" para concorrer a uma cadeira de Português no Colégio Militar do Rio de Janeiro, mas não pôde fazer o concurso por dificuldades de inscrição.

"Aos 28 anos de idade, transferiu-se definitivamente para o Rio de Janeiro, a fim de concorrer a uma cátedra do Colégio Pedro II.

"Em 1928, obteve o primeiro lugar no concurso para Professor de Ensino Secundário da Prefeitura do Distrito Federal. Três anos mais tarde conseguia novamente a primeira classificação no rumoroso concurso que se realizou para a recém-criada cátedra de Literatura da Escola Normal.

"Em 1936, voltou a concorrer para a cátedra de Português do Colégio Pedro II, estabelecimento de que já era docente, obtendo da comissão examinadora a primeira indicação.

"Com a criação, a partir de 1939, das Faculdades de Filosofia, veio a ocupar as cátedras de Língua Portuguêsa na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da U. E. G. e nas instituições congêneres mantidas pela Universidade Católica e Instituto Santa Úrsula.

"Em 1937, iniciava-se na carreira administrativa, onde veio a ocupar altos cargos. Foi, seguidamente, Diretor da Escola Secundária do Instituto de Educação, Diretor do Colégio Pedro II e Secretário-Geral de Educação e Cultura, no Govêrno Mendes de Morais...

"Na Secretaria de Educação e Cultura, realizou Clóvis Monteiro notável trabalho educativo, instituindo, com o lema — "primeiro alimentar, depois educar" — o almôço escolar, revitalizando o ensino com os ginásios industriais, criando as escolas rurais, duplicando, em pouco mais de três anos, a rêde escolar.

"Filólogo dos mais completos que o Brasil já teve, não se filiou a grupos ou escolas. Seu pensamento era vigoroso e original e em seus livros se afirmam os méritos de quem se fêz por si mesmo, vencendo obstáculos que abateriam espíritos menos fortes.

"Eis a relação das suas obras, tôdas elas dignas do estudo e meditação:

"1 — "Morfologia e Sintaxe do Substantivo na Língua Portuguêsa", Fortaleza, 1920.
2 — "Traços do Romantismo na Poesia Brasileira", Rio de Janeiro, 1929.
3 — "Português da Europa e Português da América", 3.ª ed., Rio de Janeiro, 1959.
4 — "A Linguagem dos Cantadores" — Rio de Janeiro, 1933.
5 — "Ortografia da Língua Portuguêsa", Rio de Janeiro, 2.ª ed., 1956.
6 — "Fundamentos Clássicos do Português do Brasil", Rio de Janeiro, 1958.
7 — "Nova Antologia Brasileira", Rio de Janeiro, 15.ª ed., 1960.
8 — "Esboços de História Literária", Rio de Janeiro, 1961.

Deixou inéditas páginas valiosas que o Colégio Pedro II bem poderia reunir em volumes.

"Orador que empolgava e comovia o auditório, teve oportunidade, em sua operosa existência, de colhêr triunfos esmagadores.

"Jornalista, advogado, político, tudo sacrificou ao magistério: passou a vida ensinando, pela palavra e pelo exemplo...

"Foi casado com D. Maria Luísa de Oliveira e guardou sempre enternecida lembrança da espôsa, cedo falecida.

"Poeta inspirado, escreveu belos versos, em que pulsa o estro de sua alma cearense...

"Clóvis Monteiro faleceu nesta cidade (do Rio de Janeiro) em 13 de julho de 1961, após dolorosa enfermidade. Vive, no entanto, nos dez filhos que educou, nos livros que escreveu, no coração e na memória dos discípulos que lhe guardam, com os ensinamentos filológicos, o amor do Bem e da Justiça.

"Note-se, entretanto, que apresentamos aqui apenas uma ligeira nota biobibliográfica de Clóvis Monteiro. O estudo de sua obra filológica foi realizado por Joaquim Ribeiro, em artigo incluído nesta "Miscelânea".

"Realmente, na página 107, começa um interessante estudo assinado pelo ilustre e já falecido investigador brasileiro referido. Tem o título: "A posição de Clóvis Monteiro na Filologia Brasileira".

Bem merece a nossa atenção e o nosso estudo, não apenas pela lição que aí nos deixa o seu agora também chorado autor, mas igualmente pelo que nos diz respeito do ilustre homenageado.

A falta de espaço apenas permite a transcrição das palavras finais dêsse valioso estudo a respeito de Clóvis Monteiro:

"Elevou a filologia portuguêsa no Brasil à dignidade de nível universitário.

"Chamou a atenção dos estudiosos para a pesquisa de evolução do português na América.

"Enobreceu, com a exegese filológica, os textos filológicos de nossa Pátria.

"Enfim, com serenidade, e elevação, rompeu com uma série de preconceitos — preconceitos que asfixavam os estudos filológicos entre nós e abriu aos jovens novos horizontes para o estudo para a pesquisa e para a investigação erudita.

"E, pela dedicação ao magistério e pelo amor à cultura, deu magnífico exemplo de dignidade espiritual.

"Escolhendo o seu nome consagrado para patrono dêste cenáculo (o já referido Centro de Estudos Filológicos Professor Clóvis Monteiro), os filólogos da nova geração prestam a justa homenagem àquele que, nesta Universidade, honrou a filologia e, honrando a mais humanística de tôdas as ciências, dignificou o Brasil perante a Humanidade".